



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021

*Revisão do Plano Diretor
Participativo Urbano e Rural 2007*



2.9 CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente

ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de ER, RMC e Litoral

RAFAEL DA SILVA SCHIAVINATO Coordenador ER Cascavel

CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava

ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Prefeito

2020 - RICARDO ENDRIGO

2021 - ANTÔNIO FRANÇA BENJAMIM

Vice Prefeito

2020 - JOSÉ VANI GRASI

2021 - EVANDRO ROHLING MEES

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021

*Revisão do Plano Diretor
Participativo Urbano e Rural 2007*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 145/2019

REF.: TOMADA DE PREÇOS NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 06/2019

Outubro / 2021



APRESENTAÇÃO

Este documento contempla a Análise Temática Integrada da revisão do Plano Diretor Participativo Urbano e Rural de Medianeira PDUR de 2007, quanto Condições Gerais de Moradia e Fundiárias. Os serviços prestados decorrem do Contrato de Prestação de Serviços nº 145/2019, celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda. e a Prefeitura Municipal de Medianeira. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços na modalidade Técnica e Preço nº 06/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor de Medianeira.



SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS	7
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	9
CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS	14
1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	14
1.1. Crescimento Populacional e Demografia.....	14
1.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	20
1.3. Oferta de Emprego	22
1.4. Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB).....	24
1.5. Potencial Turístico.....	26
1.6. Preço da Terra.....	29
2. PANORAMA GERAL DAS CONDIÇÕES DE MORADIA	32
2.1. Referencial Teórico	32
2.2. Condições Gerais de Moradia em Medianeira	33
2.3. Déficit Habitacional	40
2.4. Vulnerabilidade Social	42
2.4.1. Cadastros Municipais.....	43
2.4.2. Programas Habitacionais em Medianeira	45
2.5. Condições de Moradia das Ocupações Irregulares.....	47
2.5.1. IPEZINHO	51
2.5.2. ÁREA INSTITUCIONAL LOTEAMENTO SANTA INÊS	53
2.5.3. VILA NOVA	54
2.5.4. VILA OPERÁRIA	55
2.5.5. JARDIM NOVO HORIZONTE	56
2.5.6. VILA ALEGRIA	57
2.5.7. VILA PARMA.....	59
2.5.8. JARDIM DA LUZ.....	61
2.5.9. FINAL DA CIDADE ALTA.....	62

2.5.10. PEDREIRA - LINHA BOM JESUS.....	63
2.5.11. SÍNTESE DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES	65
2.7. CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS.....	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM MEDIANEIRA	17
FIGURA 2: POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE EM MEDIANEIRA - 1991 E 2000.....	18
FIGURA 3: POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE EM MEDIANEIRA - 2010.....	18
FIGURA 4: DENSIDADE POPULACIONAL POR SETOR CENSITÁRIO URBANO (IBGE-2010).....	20
FIGURA 5: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM 2010	21
FIGURA 6: GRÁFICO DO ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017	23
FIGURA 7: OSCILAÇÃO DO PIB DE MEDIANEIRA (2000 – 2017) E RANKING EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARANÁ (2017)	25
FIGURA 8: GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETOR ECONÔMICO (2000 A 2017)	25
FIGURA 9: SUBDIVISÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ.....	26
FIGURA 10: PAISAGEM DA CIDADE DE MEDIANEIRA	27
FIGURA 11: MORRO DA SALETE	28
FIGURA 12: MORRO ESPIGÃO DO NORTE	28
FIGURA 13: MAPA IPTU 2021 – PLANTA GENÉRICA DE VALORES.....	31
FIGURA 14: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM MEDIANEIRA – 2010 A 2030	34
FIGURA 15: GRAFICO DAS TIPOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE URBANA	35
FIGURA 16: TIPOLOGIAS CONSTRUTIVAS POR BAIRRO DA SEDE URBANA	36
FIGURA 17: TIPOLOGIAS CONSTRUTIVAS NOS DISTRITOS	38
FIGURA 18: GRÁFICO DOS PERCENTUAIS DOS DOMICÍLIOS URBANOS ATENDIDOS POR SERVIÇOS	39
FIGURA 19: GRÁFICO DOS PERCENTUAIS DOS DOMICÍLIOS URBANOS ATENDIDOS POR INFRAESTRUTURAS	40
FIGURA 20: FAIXAS DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA	43
FIGURA 21: ESTRANGEIROS INSCRITOS NO CADÚNICO EM MEDIANEIRA	45
FIGURA 22: CONJUNTOS HABITACIONAIS DE MEDIANEIRA	47
FIGURA 23: LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES/INVASÕES	49
FIGURA 24: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR IPEZINHO.....	52



FIGURA 25: PADRÃO CONSTRUTIVO DAS MORADIAS DO IPEZINHO	52
FIGURA 26: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR ÁREA INSTITUCIONAL LOTEAMENTO SANTA INÊS.....	53
FIGURA 27: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA NOVA	54
FIGURA 28: PADRÃO CONSTRUTIVO DAS MORADIAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA NOVA	54
FIGURA 29: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA OPERÁRIA	56
FIGURA 30: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM NOVO HORIZONTE	56
FIGURA 31: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM NOVO HORIZONTE.....	57
FIGURA 32: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA ALEGRIA	58
FIGURA 33: PADRÃO CONSTRUTIVO DAS MORADIAS DA VILA ALEGRIA.....	58
FIGURA 34: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA PARMA.....	59
FIGURA 35: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA PARMA	60
FIGURA 36: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM DA LUZ.....	61
FIGURA 37: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM DA LUZ	62
FIGURA 38: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR FINAL DA CIDADE ALTA.....	63
FIGURA 39: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PEDREIRA – LINHA BOM JESUS.....	64
FIGURA 40: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PEDREIRA – LINHA BOM JESUS	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NA MICRORREGIÃO – 2000, 2010, 2021	15
TABELA 2: POPULAÇÃO URBANA E RURAL RESIDENTE NA MICRORREGIÃO – 2000 E 2010 ...	15
TABELA 3: POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA E RURAL EM MEDIANEIRA.....	16
TABELA 4: POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE (CENSO 2010).....	17
TABELA 5: DENSIDADES POPULACIONAIS URBANAS 2010	19
TABELA 6: COMPONENTES IDHM MEDIANEIRA.....	21
TABELA 7: ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM MEDIANEIRA - 2017.....	22
TABELA 8: COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL EM MEDIANEIRA – 2019.....	23
TABELA 9: EMPREGOS E INVESTIMENTOS DIRETOS.....	24
TABELA 10: VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO (VBP) – ÍNDICES GERAIS E/OU ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO POR SETOR	26
TABELA 11: EVOLUÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS EM MEDIANEIRA	34
TABELA 12: TIPO DE CONSTRUÇÃO POR BAIRRO	35
TABELA 13: QUANTITATIVO DE VERTICALIZAÇÃO DA SEDE URBANA DE MEDIANEIRA	38
TABELA 14: DÉFICIT HABITACIONAL	41
TABELA 15: INADEQUAÇÕES DE ATENDIMENTO DE INFRAESTRUTURAS NOS DOMICÍLIOS URBANOS.....	41



TABELA 16: LOTEAMENTOS PROVENIENTES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS.....	46
TABELA 17: CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARS (INVASÕES) EM MEDIANEIRA	50
TABELA 18: FAMÍLIAS CADÚNICO - ÁREA DE RISCO	51
TABELA 19: SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS OCUPAÇÕES IRREGUARES (INVASÕES) DA SEDE URBANA DE MEDIANEIRA	66



RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

COORDENAÇÃO

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

COORDENAÇÃO TÉCNICA

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1

DIOGO CORTOPASSI LOBO

Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D

LIDIA SAYOKO TANAKA

Engenheira Ambiental CREA/PR 87131/D

FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

Geógrafo, CREA/PR 27916/D

ANA PAULA WOSNIAK

Geóloga, CREA/PR 30050/D

JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT

Economista, CORECON/PR 5954

BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO

Advogado, OAB/PR 48641

DENISON BARCIK ALVES

Administrador CRA/PR 20-31109

ANA MARIA LORICI SANTIN

Cientista Social

SAMIRA DE ARAUJO BOAZA

Assistente Social CRESS/PR 5452

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH

Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI

Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2

BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA

Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

CRISTINA HARUMI WASHIMI

Arquiteta e Urbanista CAU 275790-7

EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS

Administrativo / Financeiro

ALBERTO LOPES DAL'OSTO

Administrativo / Logística



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2020

Instituída pelo **DECRETO Nº 087/2020**, de 05 de março de 2020

COORDENAÇÃO

CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PATRIMÔNIO

ERCI BALDISSERA Gestor de Negócios
ADRIANA MEOTTI Profissional em Processos Gerenciais
ALBERTO DELA JUSTINA Negociador Imobiliário, CRECI-PR F24279
CANDIDA FACHINETTO PAZ Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0
CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
CARLOS DIAS ALVES Economista, CORECON/PR 5.595/6
DEVANI AMORIM LOPES Técnica Ambiental
MARCOS GIOVANI RIGOTTI Tecnólogo em eletromecânica
MARIA JAQUELINA STEINBACH Administradora
MICHELLE SEBEN Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN Assistente Social, CRESSs/PR 6602
VANIA RAQUEL FURMANN MOREIRA Bacharel em Direito
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO Gestor Público
MAURO ALVES PINTO Coronel da Reserva da Polícia Militar do Paraná
FRANCIELE BADO Jornalista, MTB 0011240/PR
JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA Publicitário e profissional de marketing
ALVARO ALLAN ZANELLA Bacharel em Direito
MARINÉS PIRES FAQUIM Profissional em Processos Gerenciais

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDUARDO BARATTO Engenheiro Civil, CREA-PR 86.819/D
WALTER RICARDO SCHUELER Engenheiro Civil, CREA-PR 135.896/D

PROCURADORIA

MARCELO OSCAR KUSMIRSKI Advogado, OAB/PR 31.477
MIRNA LOI SCHIZZI Advogada, OAB/PR 6331
SERGIO AUQUSTO MITTMANN Advogado, OAB/PR 040021
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR Advogado, OAB/PR 28214
STELLA CRISTINA BRANDENBURG Advogada, OAB/PR 046818

SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO

DILVO JOSÉ BERNARDON Técnico em Contabilidade
GREISE LEONHARDT Técnica em Gerenciamento Ambiental
PERCY MARCOS MARCOLLA Técnica Ambiental

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA Contadora
KATHIERE DE OLIVEIRA Nível Médio
PAULO RICARDO SCHNEIDER Gestor Comercial



SECRETARIA DE FINANÇAS

CARLOS ALBERTO CAOVI
ADILSON FERREIRA GOMES
CARLOS EDUARDO FRANZES

Contador, CRC/PR 018257/0-0
Gestor Empresarial
Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da
Computação
Gestor Público
Gestora Pública e Contadora, CRC/PR 043498-0

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CLAIR TEREZINHA RUGERI
MARIA HELENA BARP
TELMO LUIZ DE MARQUE

Bacharel em Letras
Pedagoga
Nível médio

SECRETARIA DA SAÚDE

DAYSE ANA ALBERTON CAVALLERI
RENATA BERTA ALÉSSIO
LUCIANO FRANCIELI MARSARO
DIONIR MACIEL PEDROZO
SEBASTIÃO MARCOLINO DA SILVA

Administradora
Enfermeira, COREN 222113
Administrador Hospitalar, CRA/PR 15.540
Técnico em Segurança do Trabalho, TEM/PR 4396-6
Técnico em Enfermagem e Gestão Pública

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DELDIR BERTA ALÉSSIO
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO
JOYCE GRACIELLE CHIES BILSKI

Bacharel em Ciências
Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região
Gestora Ambiental

SECRETARIA DE ESPORTES

JOSELITO MUNIZ DOS SANTOS
JOÃO ALEXANDRE HENTZ

Educador Físico
Administrador, CRA/PR 20-20199

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 311/2021**, de 18 de junho de 2021

COORDENAÇÃO

CARLA OTT
MICHELLE SEBEN

Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA
ADIRLENE APARECIDA MOURA HORONZI
ADRIANA MEOTTI
BEATRIZ REGINA FIEBIG
CANDIDA FACHINETTO PAZ
CARLA OTT
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO

Secretária de Administração e Planejamento
Chefe de Departamento Executivo
Profissional em Processos Gerenciais
Arquiteta e Urbanista, CAU A179737-9
Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0
Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
Gestor Público



EDNA MARIA JULIÃO	Gestora Pública
MARCOS GIOVANI RIGOTTI	Tecnólogo em eletromecânica
MARIA JAQUELINA STEINBACH	Administradora
MICHELLE SEBEN	Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN	Assistente Social, CRESs/PR 6602
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ISAIAS FRANÇA BENJAMIM	Secretário de Obras e Serviços Públicos
IGOR EDUARDO GRANDE	Engenheiro Civil, CREA-PR 101329/D
KAIO CESAR RAMOS MACIEL	Engenheiro Civil, CREA-PR 175142/D
PROCURADORIA	
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR	Advogado, OAB/PR 28214
VITOR EDUARDO FROSI	Procurador Geral - Advogado, OAB/PR 36904
SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO	
SEBASTIÃO ANTONIO	Secretário de Agricultura Sustentável e Abastecimento
EDUARDO ZIGLIOLI	Eng. Ambiental e Mestrado Téc. Ambiental.
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
MARCIA HANZEN	Secretária de Desenvolvimento Econômico
SIMONE MATTOS	Administradora
SECRETARIA DE FINANÇAS	
MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO	Secretária de Finanças
CARLOS EDUARDO FRANZES	Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da Computação
CLEITON LUIZ WELTER	Ciências Contábeis
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
CLAIR TEREZINHA RUGERI	Secretária de Educação
FRANCIELE PEREGO GARCIA	Professora - Mestrado Educação Matemática
SECRETARIA DA SAÚDE	
ROSANGELA FIAMETTI ZANCHETT	Secretária de Saúde
LUCIANA FRANCIELI MARSARO	Administradora Hospitalar, CRA/PR 15.540
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ADRIANO BOTH	Secretário de Assistência Social
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO	Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região
SECRETARIA DE ESPORTES	
VOLMIR ANTONIO BEGNINI	Secretário de Esportes

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2020

Instituído pelo **DECRETO Nº 516/2019**, de 17 de dezembro de 2019

PRESIDENTE	
ERCI BALDISSERA	Secretário de Administração e Planejamento



REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

ERCI BALDISSERA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual - Emater
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual - Sanepar
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do Segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do Segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante da Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos Movimentos Populares

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 302/2021**, de 14 de junho de 2021

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

SOLANGE APARECIDA DE LIMA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante de Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos movimentos populares

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

MARISTELA DE PAULA MULLER
Analista de Desenvolvimento Municipal

CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS

Este produto discorre inicialmente sobre os aspectos socioeconômicos do município de Medianeira. No capítulo seguinte demonstram-se as condições gerais de moradia do município e, de maneira específica as ocupações irregulares (invasões) da sede urbana, sendo abordados aspectos de habitabilidade como padrões construtivos dos domicílios, condições das infraestruturas existentes, atendimento por equipamentos comunitários e possibilidades de intervenção.

1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1.1. Crescimento Populacional e Demografia

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) Medianeira localiza-se na Mesorregião do Oeste Paranaense, a qual coincide com a Região Geográfica Oeste do Estado do Paraná segundo a Lei Estadual nº 15.825/08. O município integra a Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu (IBGE, 2017), composta por onze municípios, sendo eles: Céu Azul, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste

Conforme o Censo 2010, Medianeira é o segundo município mais populoso na microrregião, precedido por Foz do Iguaçu e o 40º no estado do Paraná. Medianeira está a aproximadamente 570 km de Curitiba, capital do estado do Paraná. Desmembrado em 31 de julho de 1952 do município de Foz do Iguaçu, elevado à autonomia de Distrito pela Lei nº 99/52 e transformado em município em 25 de julho de 1960 pela Lei Estadual nº 4.245, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 119 de 28/07/1960.

A população residente na região imediata de Foz do Iguaçu era composta por 399.487 habitantes no ano de 2000, passando a 408.800 habitantes em 2010. Já no ano de 2021 o total de habitantes estimados pelo IBGE para os 11 municípios da região foi de 426.315. A microrregião tem apresentado tendência de incremento populacional, representada pelo acréscimo demográfico de 2,33% entre os anos de 2000 e 2010 e 4,28% entre 2010 e 2021.

O município de Medianeira tem o total de **46.940 habitantes** estimados para 2021, representando 12,25% de acréscimo populacional em relação à população do Censo 2010, tal qual disposto na **TABELA 1**. No entanto, cabe destacar que a Prefeitura fez recente levantamento populacional e o número de habitantes estaria chegando perto de 68.000 pessoas. Ressalta-se que este total estará considerado quando da elaboração das diretrizes e propostas.

TABELA 1: POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NA MICRORREGIÃO – 2000, 2010, 2021

Municípios	População Residente			Acréscimo Populacional (%)	
	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2021	2000-2010	2010-2021
Céu Azul	10.445	11.032	11.872	5,62%	7,61%
Foz do Iguaçu	258.543	256.088	257.971	-0,95%	0,74%
Itaipulândia	6.836	9.026	11.588	32,04%	28,38%
Matelândia	14.344	16.078	18.266	12,09%	13,61%
Medianeira	37.827	41.817	46.940	10,55%	12,25%
Missal	10.433	10.474	10.706	0,39%	2,22%
Ramilândia	3.868	4.134	4.500	6,88%	8,85%
Santa Terezinha de Itaipu	18.368	20.841	23.927	13,46%	14,81%
São Miguel do Iguaçu	24.432	25.769	27.696	5,47%	7,48%
Serranópolis do Iguaçu	4.740	4.568	4.460	-3,63%	-2,36%
Vera Cruz do Oeste	9.651	8.973	8.389	-7,03%	-6,51%
Microrregião	399.487	408.800	426.315	2,33%	4,28%

Fonte: IBGE, 2000, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

A composição da população residente possui predominantemente habitantes urbanos, desde o Censo 2000 e as densidades demográficas mais altas evidenciam-se nos municípios de Foz do Iguaçu (4,15 hab./Ha) e Medianeira (1,27hab./Ha), conforme elucidado na TABELA 2.

TABELA 2: POPULAÇÃO URBANA E RURAL RESIDENTE NA MICRORREGIÃO – 2000 E 2010

Municípios e Estado	2000			2010				
	Total			Total				
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Área (Ha)	Densidade Demográfica (Hab./Ha)
Céu Azul	10.445	7.197	3.248	11.032	8.387	2.645	117.940	0,09
Foz do Iguaçu	258.543	256.524	2.019	256.088	253.962	2.126	61.770	4,15
Itaipulândia	6.836	3.757	3.079	9.026	4.741	4.285	33.130	0,27
Matelândia	14.344	10.151	4.193	16.078	11.613	4.465	63.970	0,25
Medianeira	37.827	33.246	4.581	41.817	37.390	4.427	32.873	1,27
Missal	10.433	4.972	5.461	10.474	5.420	5.054	32.440	0,32
Ramilândia	3.868	1.827	2.041	4.134	2.043	2.091	23.720	0,17
Santa Terezinha de Itaipu	18.368	16.299	2.069	20.841	18.837	2.004	25.940	0,80
São Miguel do Iguaçu	24.432	14.260	10.172	25.769	16.485	9.284	85.130	0,30
Serranópolis do Iguaçu	4.740	1.928	2.812	4.568	2.322	2.246	48.370	0,09
Vera Cruz do Oeste	9.651	6.966	2.685	8.973	6.863	2.110	32.710	0,27
Microrregião	399.487	357.127	42.360	408.800	368.063	40.737	557.993	0,73

Fonte: IBGE, 2000, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Na **TABELA 3** segue-se o total de população residente no município de Medianeira nas áreas urbanas e rurais ao longo das 6 últimas décadas.

TABELA 3: POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA E RURAL EM MEDIANEIRA

Ano	Total*	Urbana**		Rural**	
		Absoluto	%	Absoluto	%
1970	31.142	7.289	23%	23.853	77%
1980	49.367	24.368	49%	24.999	51%
1991	38.665	29.572	76%	9.093	24%
2000	37.827	33.246	88%	4.581	12%
2010	41.817	37.390	89%	4.427	11%
2021	46.940 ***	41.971	89%	4.969	11%

Fonte: IBGE 1991, 2000, 2010, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Observações

* A população total é a contabilização da população residente recenseada pelo IBGE e estimada pelo IBGE para 2021.

** A população residente urbana e rural foi estimada para 2021 mantendo a mesma proporção do Censo 2010.

*** A Prefeitura Municipal fez recente levantamento populacional e o número de habitantes estaria chegando perto de 68.000 pessoas. Ressalta-se que este total estará considerado quando da elaboração das diretrizes e propostas.

Na década de 1970 a região Oeste do Paraná apresentou grande destaque econômico no setor primário, no estado e no país, através da produção agrícola, o que se reflete na predominância da população rural deste período. Na época havia incentivos e subsídios governamentais destinados principalmente às obras de infraestrutura viária com a melhoria no escoamento da produção e modernização de práticas produtivas (IIBAMA, 1999). Tais fatores coincidem com o grande percentual da população rural em Medianeira.

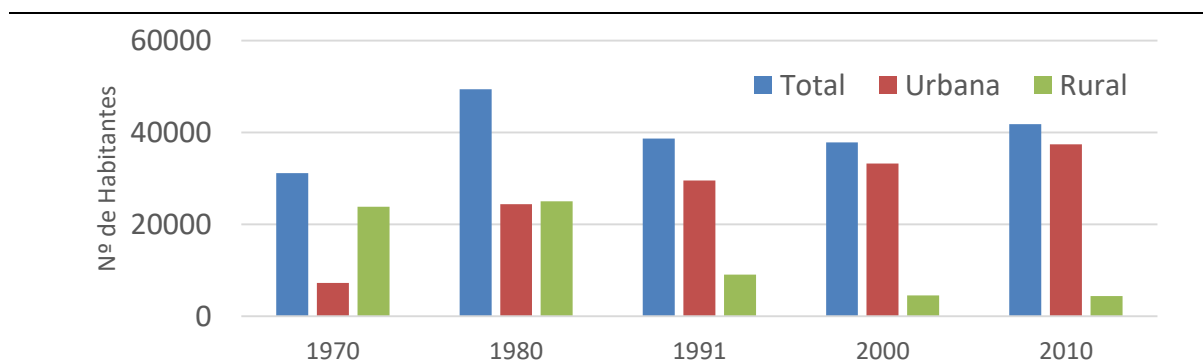
Até a década de 1980, Medianeira apresentou crescimento demográfico, fato associado às dinâmicas populacionais entre o meio urbano e rural e o contexto sociopolítico da região. Entre 1980 e 1991, houve queda no número de habitantes em Medianeira que coincide com o período do grande crescimento demográfico de Foz do Iguaçu, com o aumento de 39,4% da sua população, em grande parte devido à implantação da usina hidrelétrica (UHE) Itaipu Binacional.

Na segunda metade da década de 80, com o corte dos recursos subsidiados pelo governo voltados à agricultura, parte das atividades agrícolas, principalmente de pequenos produtores (IBAMA, 1999), ficaram inviáveis. Outro aspecto impactante na dinâmica demográfica foi a interdição da Estrada do Colono (PR-495), importante eixo de ligação com as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, dificultando as conexões territoriais.

Em meados de 1990, com a população predominantemente urbana (89%), o município conquistou a implantação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Desse modo, começou a desenvolver o perfil técnico-científico na cidade. Tais influências do cenário socioeconômico culminaram na mudança da estrutura fundiária municipal e regional, provocando o êxodo da população rural

de Medianeira, que resultou na composição demográfica com predominância urbana dos anos 2000 e 2010 (**FIGURA 1**).

FIGURA 1: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM MEDIANEIRA



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

A composição populacional por sexo em 2010 era de 51,82% de mulheres e 49,18% de homens. Quanto às faixas etárias, 21,95% possuíam de 0 a 14 anos, na condição de dependentes e 70,99% integravam a população potencialmente ativa, de 15 a 64 anos. Os idosos, acima de 64 anos, eram 7,06% da população, conforme **TABELA 4** a seguir.

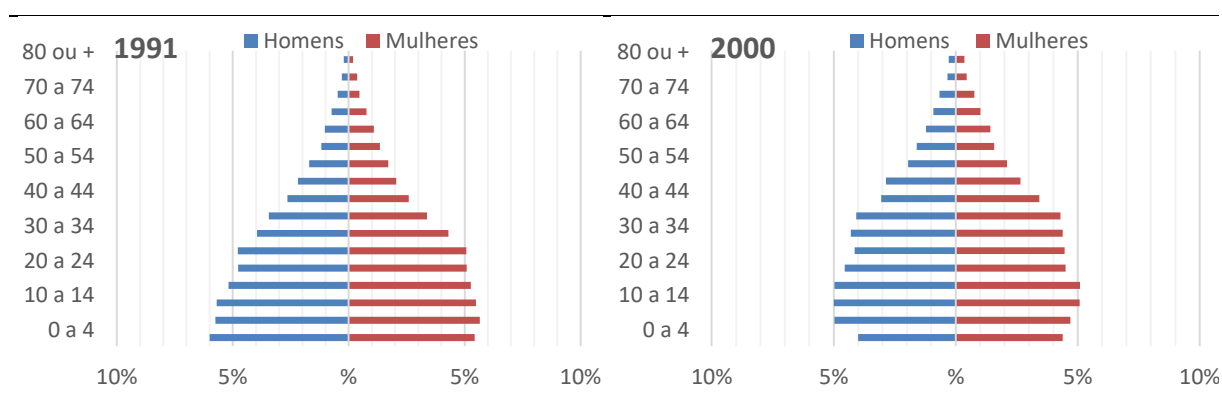
TABELA 4: POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE (CENSO 2010)

Faixa Etária	Quantidade			Porcentagem (%)			Classificação
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
0 a 4	1.419	1.361	2.780	3,39	3,25	6,65	21,95%
5 a 9	1.469	1.443	2.912	3,51	3,45	6,96	Dependentes: Crianças/Adolescentes
10 a 14	1.753	1.734	3.487	4,19	4,15	8,34	
15 a 19	2.004	1.887	3.891	4,79	4,51	9,30	70,99%
20 a 24	2.013	1.933	3.946	4,81	4,62	9,44	população potencialmente ativa
25 a 29	1.738	1.789	3.527	4,16	4,28	8,43	
30 a 34	1.619	1.625	3.244	3,87	3,89	7,76	
35 a 39	1.554	1.655	3.209	3,72	3,96	7,67	
40 a 44	1.588	1.691	3.279	3,80	4,04	7,84	
45 a 49	1.441	1.520	2.961	3,45	3,63	7,08	
50 a 54	1.071	1.272	2.343	2,56	3,04	5,60	
55 a 59	953	950	1.903	2,28	2,27	4,55	
60 a 64	657	727	1.384	1,57	1,74	3,31	7,06%
65 a 69	507	574	1.081	1,21	1,37	2,59	
70 a 74	376	477	853	0,90	1,14	2,04	
75 a 79	227	313	540	0,54	0,75	1,29	
80 ou +	178	299	477	0,43	0,72	1,14	Dependentes: idosos
TOTAL	20.567	21.250	41.817	49,18	50,82	100,00	

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Com relação à estrutura etária, verifica-se no intervalo de 1991 a 2000 (**FIGURA 2** ~~Erro! Fonte de referência não encontrada.~~), a diminuição das faixas de idade de base, indicando decréscimo no total de dependentes de 0 a 14 anos. No ínterim 1991 a 2000 observa-se o aumento da população potencialmente ativa, na faixa etária de 15 a 64 anos e nas faixas mais com idades mais avançadas, acima de 64 anos.

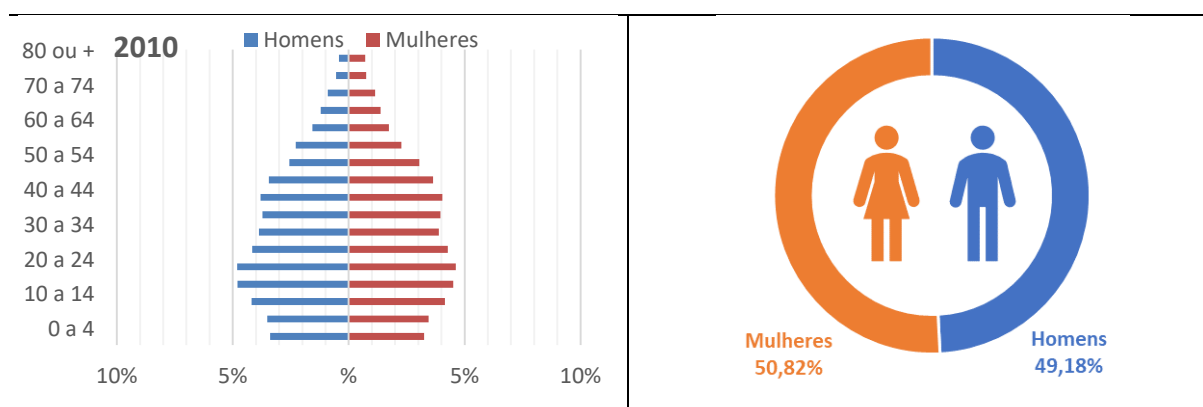
FIGURA 2: POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE EM MEDIANEIRA - 1991 E 2000



Fonte: IBGE, 1991, 2000. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

De 2000 a 2010 a composição etária da população continuou apresentando diminuição nas faixas de base e aumento nas faixas mais elevadas acima de 64 anos. A estrutura etária de 2010 apresentou a maior concentração populacional na faixa de 15 a 29 anos, conforme ilustra a **FIGURA 3**, modificando o formato da pirâmide, com a base menos achatada. A população censitária é formada por 50,82% de mulheres e 49,18% de homens.

FIGURA 3: POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE EM MEDIANEIRA - 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

O município de Medianeira, com área de 328, 732 Km² (IBGE, 2020), equivalentes a 32.873 ha, possuía em 2010, densidade demográfica de 1,27 hab./ha. Já a área urbana correspondente aos perímetros urbanos dos distritos, que abrangem os setores censitários urbanos do Censo 2010, totaliza 1.759,7 ha.

Na **TABELA 5** a seguir consta a população urbana residente em domicílios particulares permanentes e a área dos perímetros urbanos dos distritos para comparação entre as

diferentes densidades. O distrito sede teve em 2010 a densidade demográfica aproximada de 22 hab./ha, já os distritos Industrial e de Maralúcia tiveram no mesmo ano densidades expressivamente inferiores comparadas à sede.

TABELA 5: DENSIDADES POPULACIONAIS URBANAS 2010

DISTRITO	ÁREA (Ha)	População Residente (Geral)	
		Nº HABITANTES	Densidade (hab./Ha)
Distrito Sede	1.689,9	37.187	22,0
Distrito Industrial	53,5	76	1,4
Distrito Maralúcia	16,3	127	7,8
TOTAL	1.759,7	37.390	-

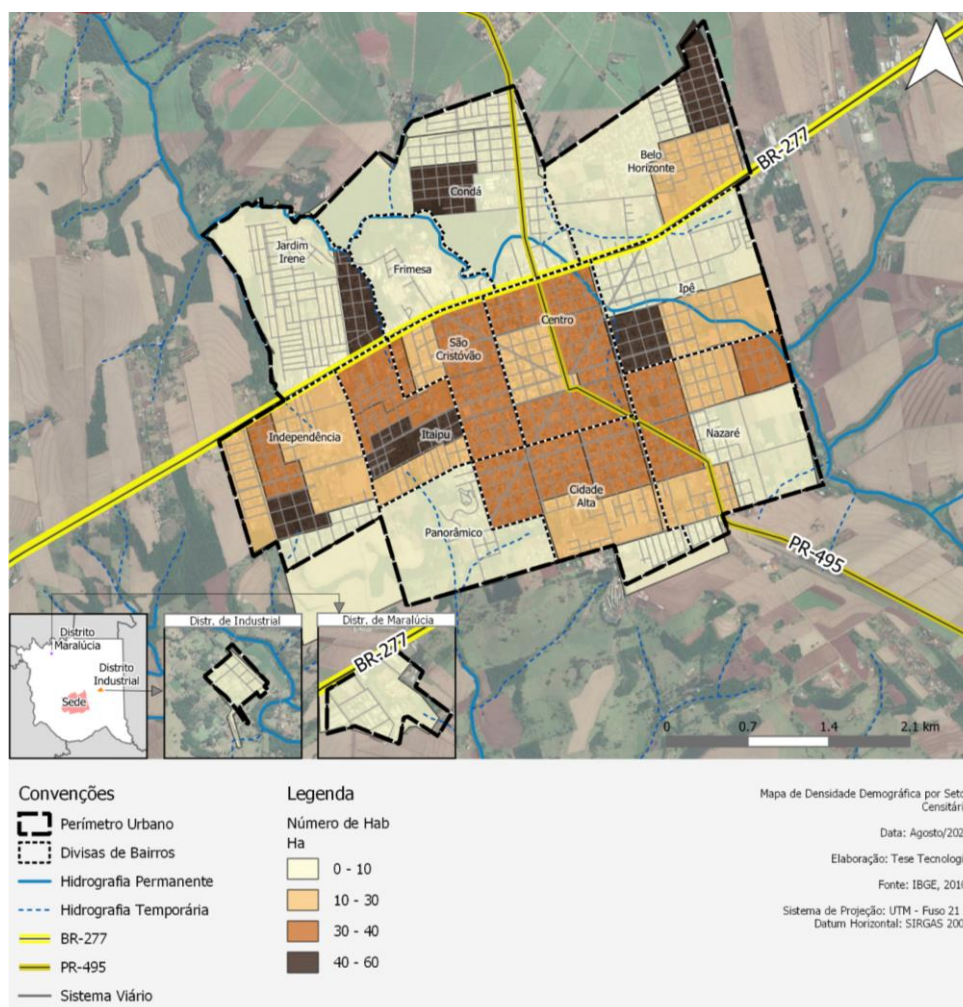
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2010.

Com relação aos setores censitários urbanos, para o ano de 2010, de acordo com o IBGE (2010), verificou-se que as mais altas densidades populacionais estiveram localizadas em porções dos bairros Belo Horizonte, Condá, Jardim Irene, Independência e Itaipu, abrangendo até 60 hab./ha. Já as menores densidades demográficas, encontraram-se nos bairros mais afastados do centro, conforme demonstra a FIGURA 4. Cabe destacar que o Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência, faz uso de fontes oficiais de informações, especialmente para os setores censitários. Como se pode observar na figura abaixo, alguns setores extrapolam (nas porções sudoeste e sul) os limites dos bairros. A nova dinâmica de crescimento populacional ocorrida na cidade, será considerada na fase das diretrizes e propostas, como é o caso do Bairro Jardim Irene, que teve crescimento expressivo nos últimos anos, com a implantação de novos loteamentos, destacando-se o Loteamento Florença.

Entre os anos de 2000 e 2010, o sub índice *Renda per capita bruta* evoluiu de R\$ 547,46 para R\$ 914,67, contribuindo expressivamente para a elevação do componente Renda (PNUD; IPEA; FJP, 2013). Na sede urbana os menores rendimentos foram de 0 a 510 reais *per capita* e os maiores estiveram no intervalo de 2.550 a 4.060 reais *per capita*. Na área rural, a renda *per capita* por setores censitários foi de 2 a 4 salários mínimos (IBGE 2010). Nos distritos de Maralúcia e Industrial, a faixa de renda *per capita* foi de 510 a 1.020 reais.

Contudo, nos períodos de 1991 a 2000 e 2010 houve progressão na distribuição de renda, refletindo na melhora do Índice de Gini¹ que passou de 0,56 para 0,50 e por último 0,49, respectivamente.

¹Instrumento para aferição do grau de concentração de renda que indica a diferença entre o valor dos mais ricos com relação aos mais pobres. O índice varia de zero a 1, em que 0 representa situação de total igualdade na distribuição de renda e 1, total desigualdade apontando a concentração de renda em poucas pessoas (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

FIGURA 4: DENSIDADE POPULACIONAL POR SETOR CENSITÁRIO URBANO (IBGE-2010)

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

1.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa entre três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDH é o índice utilizado para avaliar itens como a pobreza, a alfabetização, a educação, a esperança de vida, a natalidade e outros fatores, podendo ser aplicado a países, estados e municípios.

Segundo o PNUD (2013), é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente do bem-estar infantil. Os dados avaliados para a composição do IDH são o índice de alfabetização de adultos, os níveis de escolarização da população em geral, esperança de vida ao nascer e a renda per capita.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total). É classificado em: **i Baixo** - entre 0 e 0,499; **ii Médio** - entre 0,500 e 0,799; **iii Alto** - entre

0,800 e 1. O IDHM pode ser calculado somente com componentes comparativos, ou seja: renda, longevidade e educação. Através de uma média aritmética simples desses quesitos é obtido o valor municipal (PNUD, 2013).

No íterim de 1991 a 2010 em Medianeira, o componente que apresentou maior evolução foi educação elevando o índice de 0,345 em 1991, para 0,686 em 2010, no qual se destaca o percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola, que em 1991 era de 42,76% e em 2010 passou a ser de 98,64% (TABELA 6). Por outro lado, o índice de escolarização da faixa etária de 18 a 20 anos em 2010, era de apenas 47,41% dos jovens que possuíam ensino médio completo, provavelmente decorrente da necessidade de sustento familiar.

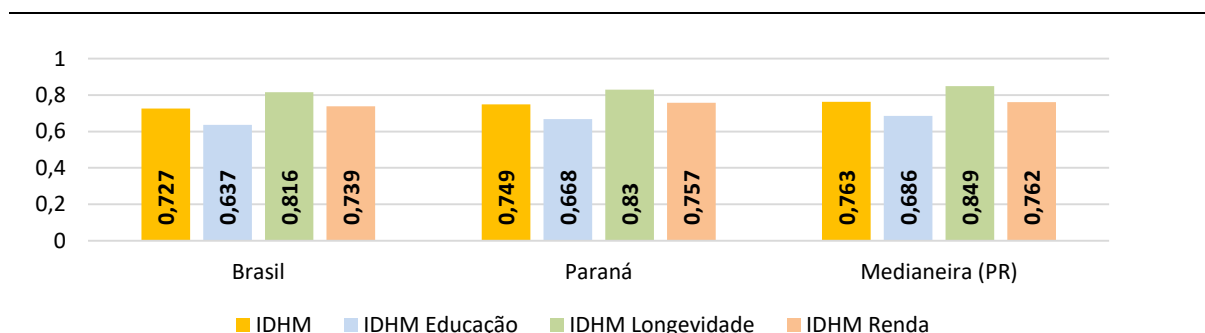
TABELA 6: COMPONENTES IDHM MEDIANEIRA

COMPONENTES	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,345	0,538	0,686
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	30,53	39,39	54,55
% de 5 a 6 anos na escola	42,76	71,76	98,64
% de 11 a 13 anos nas séries finais do ensino fundamental	58,11	85,75	96,47
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	28,12	60,93	65,22
% de 18 a 20 anos com médio completo	17,89	33,02	47,41
IDHM Longevidade	0,736	0,804	0,849
Esperança de vida ao nascer	69,17	73,26	75,96
IDHM Renda	0,636	0,679	0,762
Renda per capita	417,54	547,46	914,67

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

No ano de 2010 o IDHM em Medianeira foi de 0,763, acima do apresentado nas médias nacional e estadual. A dimensão com valor mais elevado é a variável Longevidade, com índice 0,849, seguida de Renda, com 0,762 e Educação, com 0,686, conforme ilustra a **FIGURA 5**.

FIGURA 5: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

1.3. Oferta de Emprego

Medianeira possui um total de 17.370 empregos formais (pessoal ocupado assalariado), de acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE (2019) e um total de 2.286 unidades locais geradoras de emprego IBGE (2019).

O setor econômico com o maior índice de empregabilidade é o da indústria da transformação, responsável por 6.600 empregos, que representam quase 40% do total de empregos, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (2017), compilados por DATAVIVA (2020). A principal atividade econômica neste setor é o de abate de suínos e aves.

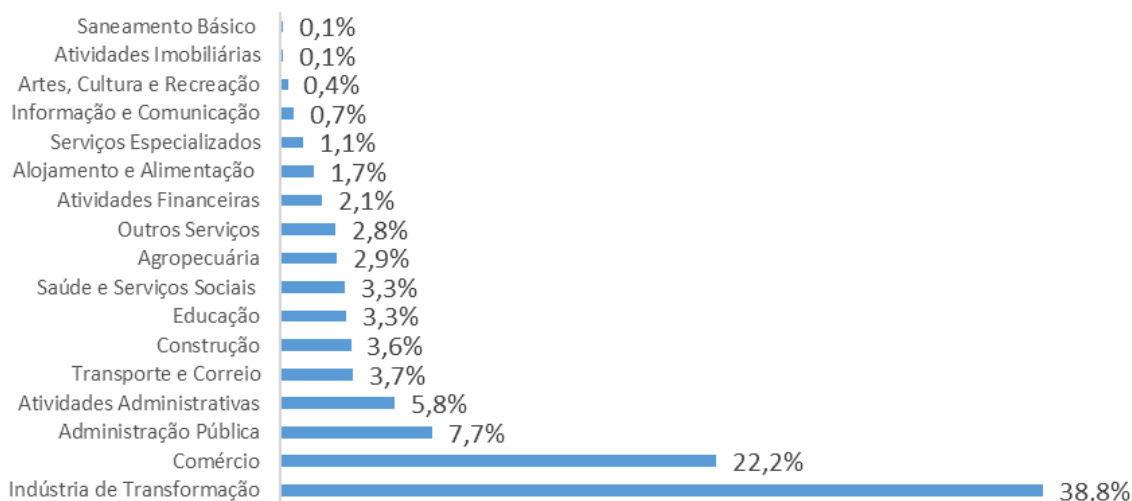
A atividade comercial corresponde a 22,2% dos empregos e a administração pública vem em terceiro lugar com 7,7% dos empregos e as atividades administrativas com 5,8% dos empregos. Os demais setores da economia, são responsáveis por 25,6 % dos empregos, sendo que a construção civil gera 3,6% e a agropecuária apenas 2,8% dos empregos, como demonstra a **TABELA 7** e gráfico da **FIGURA 6** (DATAVIVA, 2020).

TABELA 7: ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM MEDIANEIRA - 2017

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Empregos	PORCENTAGEM %
Indústria de Transformação	6.600	38,8
Comércio	3.770	22,2
Administração Pública	1.310	7,7
Atividades Administrativas	983	5,8
Transporte e Correio	628	3,7
Construção	608	3,6
Educação	563	3,3
Saúde e Serviços Sociais	553	3,3
Agropecuária	485	2,9
Outros Serviços	471	2,8
Atividades Financeiras	354	2,1
Alojamento e Alimentação	282	1,7
Serviços Especializados	195	1,1
Informação e Comunicação	114	0,7
Artes, Cultura e Recreação	60	0,4
Atividades Imobiliárias	20	0,1
Saneamento Básico	16	0,1
Total	17.000	100

Fonte: DATAVIVA, 2020 apud Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (2017).

FIGURA 6: GRÁFICO DO ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017



Fonte: DATAVIVA, 2020 apud Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (2017).

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, disponível em Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER), compilados na TABELA 8, para o ano de 2019, observa-se que houve um total de 7.942 admissões e 7.029 desligamentos, restando um saldo positivo. Os setores de atividade econômica que se destacaram em Medianeira na geração de empregos foi a indústria de transformação com 3.553 admissões anuais, seguida pelo setor de serviços e comércio. No entanto, este último e a construção civil foram os responsáveis pelo maior número de desligamentos (BRASIL, 2019). Ainda, analisando o ano de 2019 o mês de fevereiro foi o responsável pelo maior número das admissões no município e o mês de julho o de maior quantitativo das demissões.

TABELA 8: COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL EM MEDIANEIRA – 2019

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	Saldo
Indústria de Transformação	3.553	2.870	683
Serviços Industrial e de Utilidade pública	4	3	1
Construção Civil	487	509	-22
Comércio	1.516	1.536	-20
Serviços	1.944	1.763	231
Agropecuária	388	348	40
Total	7.942	7.029	913

Fonte: BRASIL, 2019

Cabe destacar que o crescimento do emprego formal é importante, porque além de trazer os benefícios sociais exigidos pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) aos trabalhadores, significa a formalização dos empresários do município, o que eleva a Receita

Tributária. O emprego formal ainda traz a segurança e a possibilidade de ampliar a demanda de bens e serviços por meio do crédito.

De acordo com recente levantamento socioeconômico municipal, realizado em 2021, as empresas que mais empregam são a Lar Bom Jesus, Frimesa, Super Muffato e Lajes Patagônia (em processo de implantação), conforme demonstra a tabela abaixo. Destaca-se que até o ano de 2023, a empresa Lar vai demandar mais 2.000 vagas de empregos diretos, sendo, 600 até o começo de 2022 no setor frigorífico, o que estimula a forte migração de população de baixa renda.

TABELA 9: EMPREGOS E INVESTIMENTOS DIRETOS

EMPRESAS/SETOR	EMPREGOS	INVESTIMENTOS
LAR Bom Jesus -	450	350 milhões
Frimesa -	450	50 milhões
Super Muffato -	250	35 milhões
Lajes Patagônia -	-	15 milhões

Fonte: Levantamento socioeconômico municipal, 2021

1.4. Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB)

Conforme IBGE (2020), o Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de todos os bens e serviços produzidos e caracteriza indicador de fluxo da produção local. Sendo assim, o mesmo é a soma dos Valores Adicionados acrescidos dos impostos.

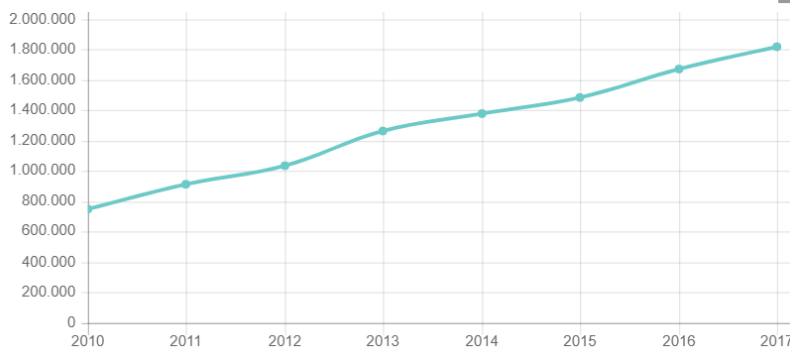
O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal mensurar a atividade econômica de uma região ou município. No dimensionamento do PIB, consideram-se apenas bens e serviços finais, excluindo todos os bens de consumo intermediários.

O gráfico da **FIGURA 7**, apresenta o crescimento do PIB após o ano de 2010, quando o PIB era de R\$ 750.258.000,00 passando, em 2017, para R\$ 1.822.777.000,00 (IBGE, 2017). Medianeira ocupava 32º posição (ranking) no estado do Paraná, em 2017. A capital Curitiba liderava o ranking com quase R\$ 8.500.000.000,00, seguida por São José dos Pinhais e Londrina. Nota-se que o PIB da cidade da Lapa (Região Metropolitana de Curitiba) está bastante próximo ao de Medianeira (IBGE, 2017).

FIGURA 7: OSCILAÇÃO DO PIB DE MEDIANEIRA (2000 – 2017) E RANKING EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARANÁ (2017)

PIB a preços correntes / **Série revisada** (Unidade: R\$ x1000)

pesquisa

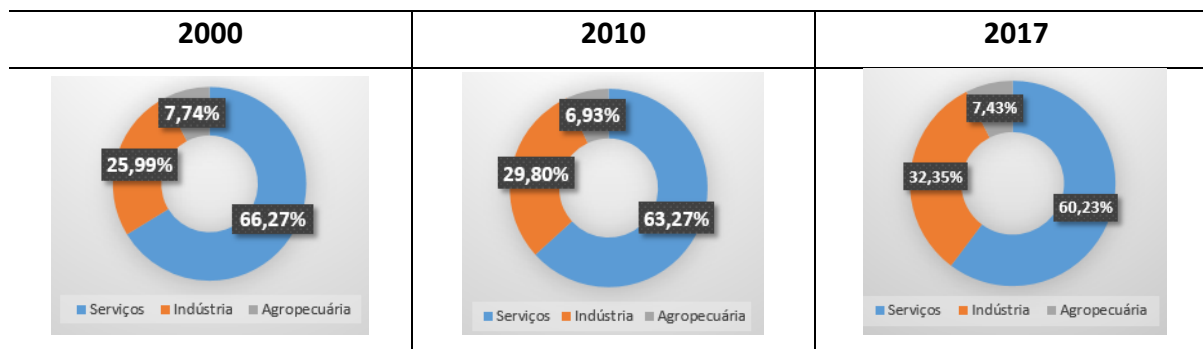


1º	Curitiba	84702356,72
2º	São José dos Pinhais	22581192,46
3º	Londrina	19235187,72
4º	Aracária	16972344,98
5º	Maringá	16906177,37
...		
30º	Palotina	2036252,84
31º	Lapa	1879102,16
32º	Medianeira	1822777,00
33º	Irati	1794165,28
34º	Ortigueira	1782461,16

Fonte: IBGE, 2017

A distribuição do PIB por setor econômico no período de 2000 a 2017 (FIGURA 8), apresenta o predomínio econômico do setor serviços, principal gerador de riqueza do município (IBGE, 2017). No entanto, este foi sofrendo ligeiro decréscimo ao logo da década analisada, quando o setor industrial obteve maior expressividade. O setor agropecuário manteve-se praticamente estável, com representatividade em torno de 7% da distribuição do PIB.

FIGURA 8: GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETOR ECONÔMICO (2000 A 2017)



Fonte: IBGE, 2017

De acordo com o mencionado levantamento socioeconômico, realizado em 2021, há validação do predomínio dos índices econômicos do setor de serviços. O Valor Bruto de Produção (VBP), em índices gerais ou arrecadação do município por setor é expressivo para a indústria. Contudo, em termos de número de contribuintes há o predomínio do setor de comércio e serviços, seguido pelo setor da produção primária, conforme demonstrado na **TABELA 10**.

TABELA 10: VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO (VBP) – ÍNDICES GERAIS E/OU ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO POR SETOR

SETOR	CONTRIBUINTE	VALOR
Indústria	224	762.197.987
Comércio/Serviços	4.295	379.318.592
Produção Primária	1.890	325.246.266
TOTAL/ano	-	1.466.762.854,00

Fonte: Levantamento socioeconômico municipal, 2021

O agronegócio vem despontado no município, havendo um total de 1.890 propriedades, sendo 1.692 produtores (fornecedores de produtos agrícolas), cadastrados no Cadastro de Produtor Rural (CADPRO) e 87 produtos da agricultura familiar voltados a merenda escolar, conforme o citado levantamento socioeconômico (PMM, 2021).

A produção de milho destaca-se como predominante na agricultura, seguido da soja. Na pecuária o maior número de cabeças é representado pelo frango de corte, seguido por suínos.

1.5. Potencial Turístico

O Estado do Paraná é dividido em 15 regiões turísticas, sendo que o município de Medianeira integra na porção oeste, com mais outros 18 municípios, a região denominada como *Região das Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu* (FIGURA 9), local de belezas naturais e riqueza cultural, especialmente para o Turismo Rural, por meio de trilhas, pesca, cavalgadas, visita a cachoeiras e o Turismo Religioso.

FIGURA 9: SUBDIVISÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: Paraná Turismo, 2021

A paisagem, em conceito amplo, pode ser interpretada como a combinação dinâmica de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, e em permanente evolução, produzindo percepções mentais e sensações estéticas como um "ecossistema visto" (HARDT, 2000).

O reconhecimento e a preservação de referências históricas e culturais contribuem para a construção heterogênea da identidade de um povo (FIGURA 10).

FIGURA 10: PAISAGEM DA CIDADE DE MEDIANEIRA



Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira / Viaje Paraná, 2021



Fonte: <https://www.radioculturafoz.com.br>, 2016

No município de Medianeira é possível encontrar diferentes atrativos naturais e paisagísticos, representados por acidentes geográficos, mirantes naturais, intensa malha de rios e cachoeiras, com enorme potencial para o turismo rural, radical, ecoturismo, contemplativo, além do turismo religioso, com potencial para exploração de peregrinações religiosas e retiros espirituais, dentre outros. A seguir são detalhados alguns dos principais atrativos turísticos do município.

No **Distrito de Maralucia** destaca-se a paisagem cênica e acidentes geográficos, importantes rios como: Rio Ocoy, Rio Ouro Verde e Rio Feijão Verde. Local este, em função dos acessos como a PR-495 e por se tratar de área urbana, há potencial para conformação de eixo turístico e atração de empreendimentos como pousadas, restaurantes rurais, campings e chácaras de descanso.

O **Morro da Salete** apresenta apelo para peregrinações religiosas, romarias, retiros espirituais e contemplação. Há atração dos visitantes pela Trilha e Escadaria com 234 degraus, cuja beleza cênica do alto dos seus 548 metros possibilita belas paisagens além das imagens de Nossa Senhora da Salete (**FIGURA 11**). São oferecidos almoços típicos da gastronomia italiana.

FIGURA 11: MORRO DA SALETE



Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira / Viaje Paraná, 2021

O **Morro Espigão do Norte** é o ponto mais alto do município com 610m de altitude e oferece uma belíssima vista da região, sendo ideal para o turismo de aventura, com a prática de voo livre (asa delta ou parapentes) (**FIGURA 12**), além do potencial histórico-cultural que a região possui quanto aos conflitos de “grileiros” e “jagunços” da época da colonização da pequena comunidade rural.

FIGURA 12: MORRO ESPIGÃO DO NORTE



Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira / Viaje Paraná, 2021

A **Pedreira Municipal** é um local com forte potencial ao crescimento da atividade turística na região. Há possibilidades de realização de atividades na natureza, trilhas, caminhadas e esportes radicais como rapel e escalada. Ainda poderá se tornar um local para receber grandes eventos a céu aberto, a exemplo de outras pedreiras desativadas que se tornaram referência.

1.6. Preço da Terra

A Lei Municipal nº 145/2009 (MEDIANEIRA, 2009) teve alterações pelas Leis nº 181/2011, 421/2014, 599/2016, 664/2017 e 768/2018, que regulamentam a Planta Genérica de Valores (PGV), com definição do valor do metro quadrado de terrenos urbanos e preços básicos da construção, para apuração do valor venal dos imóveis sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

A Lei Municipal nº 145/2009, através da PGV, subdividiu as áreas urbanas em 15 setores, conforme **QUADRO 1** a seguir, assim como as subsequentes, modificando o número de setores e valores por setor, sendo que atualmente, conforme Prefeitura Municipal (2020) está incluso o setor de número 16 do loteamento de habitação de interesse social Parque das Flores. Para o setor do Parque das Flores não foram encontradas normativas de regulamentação do valor da terra urbana junto às regulamentações da Planta Genérica de Valores.

De acordo com a última atualização da PGV– Lei Municipal nº 768/2018 (MEDIANEIRA, 2018), em seu artigo 2º ficou estabelecido que:

“O valor básico do metro quadrado dos terrenos da Cidade de Medianeira de que trata o Art. 7º da Lei 145/2009, ficam majorados em 5% (cinco por cento), sem prejuízo das atualizações monetárias e financeiras ocorridas e aplicadas para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da atualização da UFIME – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA para o próximo exercício”.

No interím de 2009 a 2018 o valor básico do metro quadrado dos terrenos urbanos conforme as legislações que normatizam a PGVs nas faixas de R\$143, 00/m² a R\$1,18/m² (2009) e R\$ 189,94 a R\$1,36 (2018), conforme disposto no **QUADRO 1** a seguir.

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DO VALOR BÁSICO METRO QUADRADO DOS TERRENOS URBANOS

Leis Municipais (nº)	Compartimentação setorial	Faixas de Valores Básicos dos terrenos (R\$)/m ²
145 / 2009	Setores 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13 da sede	143,00 a 4,75
	Setor 10 – Terrenos do Distrito Industrial	11,89
	Distrito de Maralúcia	3,92 a 1,18
181 / 2011	Acréscimo dos setores 14 e 15	31,15 a 10,37

Leis Municipais (nº)	Compartimentação setorial	Faixas de Valores Básicos dos terrenos (R\$)/m ²
421 / 2014	Majoração em do metro quadrado dos terrenos dos setores 01, 02 e 03 em 15% da sede	164,45 a 5,46
599 / 2016	Alteração valor metro quadrado edificado	-
664 / 2017	Majoração valor do metro quadrado terrenos dos setores 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14 e 15 da sede em 10%	180,90 a 6,01
	Majoração valor do metro quadrado terrenos do setor 10 – Lotes do Distrito Industrial em 10%	13,08
	Majoração valor do metro quadrado dos terrenos no Distrito de Maralúcia em 10%	4,31 a 1,30
768 / 2018	Majoração valor do metro quadrado terrenos dos setores 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14 e 15 da sede em 5%	189,94 a 6,31
	Majoração valor do metro quadrado terrenos do setor 10 – Terrenos do Distrito Industrial em 5%	13,73
	Majoração valor do metro quadrado dos terrenos no Distrito de Maralúcia em 5%	4,53 a 1,36

Fonte: Medianeira, 2009, 2011, 2014, 2016, 2017 e 2018.

Observações:

* Setor 09 – Chácaras do Recreio Paraíso: preço do terreno por metro quadrado de R\$1,18 (2009), R\$1,30 (2017, majoração 10%) e R\$1,36 (2018, majoração 5%)

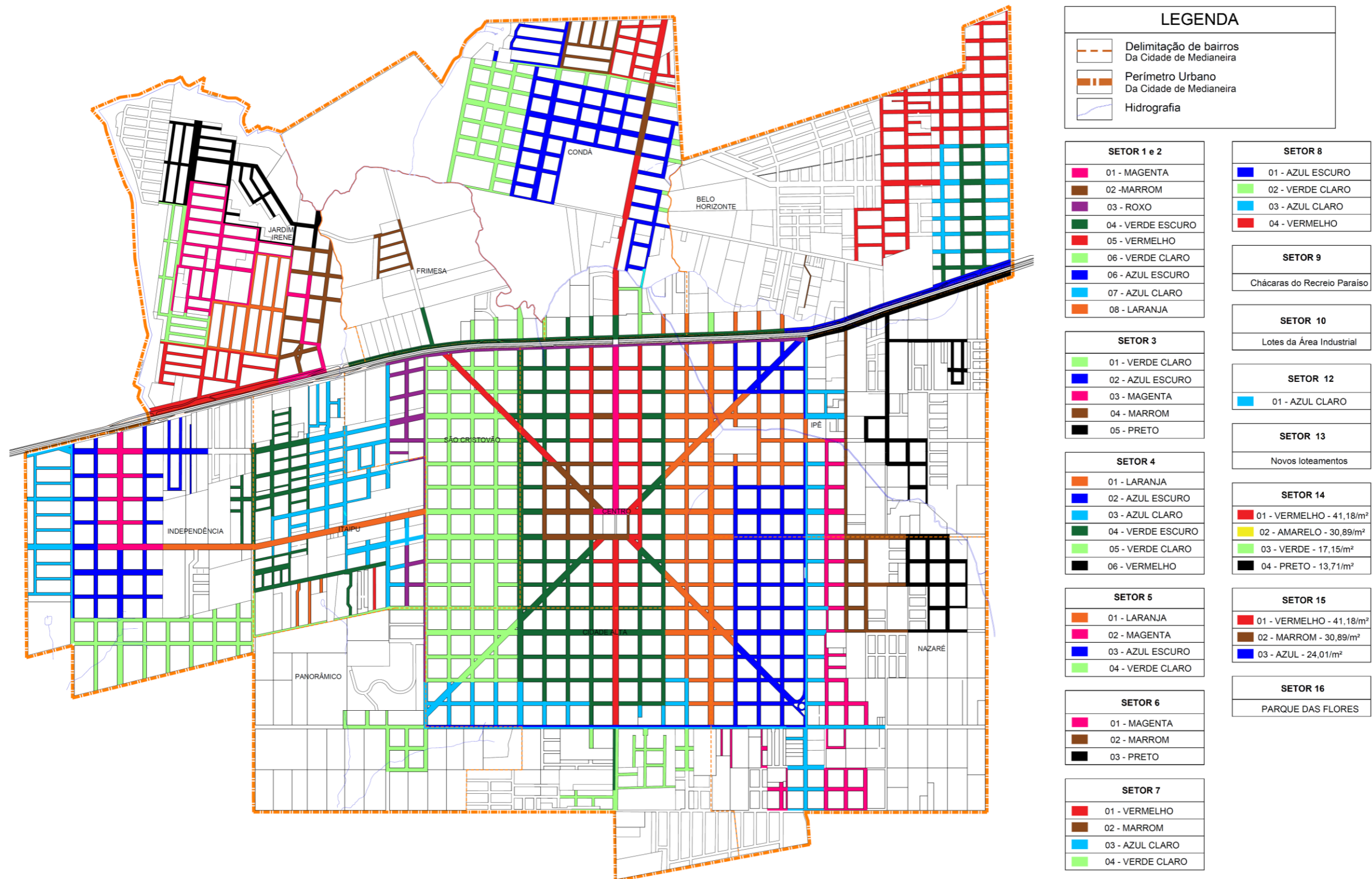
**Setor de Chácaras do perímetro urbano: preço do terreno nas faixas de R\$2,35 a R\$ 1,18 (2009), R\$2,59 a R\$1,30 (2017, majoração 10%) e R\$2,71 a R\$1,36 (2018, majoração 5%);

Conforme o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, a pesquisa junto às imobiliárias locais, no ano de 2011 o custo da terra praticado pelo mercado imobiliário variou de R\$90,00/m² a R\$450,00/m². Observa-se que o custo da terra urbana instituído na Planta Genérica de Valores e o valor praticado em mercado apresentam discrepâncias quando comparados, sendo que o custo de mercado é expressivamente mais alto, conforme comparação a seguir:

- Centro – em média R\$ 450,00/m²
- Bairro Cidade Alta – em média R\$ 380,00/m²
- Bairro Nazaré – em média R\$ 140,00/m²
- Bairro Belo Horizonte – em média R\$ 90,00/m²
- Bairro Ipê – em média R\$ 120,00/m²
- Bairro São Cristóvão – em média R\$ 400,00 /m²
- Parque das Pitangueiras – em média de R\$ 80,00/m²
- Bairro Condá – em média de R\$ 150,00/m²

Os 16 setores que segmentam os valores básicos do metro quadrado do terreno estão mapeados conforme ilustra a **FIGURA 13**. Nestes estão delimitados os compartimentos que constituem a Planta Genérica de Valores utilizada para apuração do valor venal dos imóveis sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU (Lei Municipal nº 145/2009).

FIGURA 13: MAPA IPTU 2021 – PLANTA GENÉRICA DE VALORES



Fonte: Medianeira, 2021

2. PANORAMA GERAL DAS CONDIÇÕES DE MORADIA

Este item aborda o panorama geral das condições de moradia do município. Inicialmente há um referencial teórico. Em seguida aborda-se, de maneira sucinta, o déficit habitacional de Medianeira e os programas habitacionais já implementados. Por fim, discorre-se de maneira específica sobre as ocupações irregulares (invasões) na sede urbana, em que são abordados aspectos de habitabilidade (padrões construtivos dos domicílios, condições das infraestruturas existentes, atendimento por equipamentos comunitários) e possibilidades de intervenção nestas áreas.

2.1. Referencial Teórico

Como objetivo da Política de Desenvolvimento Urbano, estabelecido no artigo 182 da Constituição Brasileira, está a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988). Diante disso, bem como do fato de que a população brasileira vive predominantemente nas cidades, adquire importância o conceito de direito à cidade, definido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre como um direito de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios decorrentes da vida urbana. O direito à cidade implica em uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados, principalmente aqueles cuja moradia se localiza em áreas periféricas da cidade (ISENSEE, 2013 apud FILHO, 2019).

A fim de regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental foi elaborada a Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001), conhecido como Estatuto da Cidade, que é tido como uma das leis urbanísticas mais avançadas do planeta (MARICATO, 2009). Outro marco legal é a Lei Federal nº 11.481/2007 (BRASIL, 2007), que prevê medidas para regularização fundiária de interesse social em imóveis da união.

Em 2005 entrou em vigor a Lei Federal nº 11.124 (BRASIL, 2005), que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS. Em seu artigo 2º foi estabelecido como um dos objetivos do SNHIS a viabilização para a população de menor renda de acesso à habitação digna e sustentável. E foi precisamente para centralizar e gerenciar os recursos orçamentários para os programas do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, destinados a implementar políticas habitacionais para a população de menor renda, que o FNHIS foi criado (BRASIL, 2005).

Como um importante instrumento para implementação da Política Nacional de Habitação, a Lei nº 11.124/2005 previu a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o que foi

realizado em 2009 pelo Ministério das Cidades, que o considera como um pacto nacional pela moradia digna. No documento é formulada uma estratégia de longo prazo, estruturada em quatro eixos: financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil; que estão articulados a fim de universalizar o acesso à moradia digna para a população Brasileira (BRASIL, 2010).

O tema habitação mereceu tornou-se tema de direitos humanos uma vez que um local adequado para viver possibilita a própria dignidade, além de possibilitar o gozo de outros benefícios de natureza jurídica. Evidencia-se, por exemplo, o caráter de necessidade básica tanto do abastecimento de água potável quanto do saneamento, que são questões diretamente relacionadas à habitação (ONU-Habitat, 2010).

Assim como outros direitos econômicos, sociais e culturais, o direito à habitação imputa aos Estados uma série de obrigações. Aos governos cabe adotar medidas para que aquilo que está juridicamente assegurado se transforme em realidade para os beneficiários (ONU-Habitat, 2010). E não basta a mera afetação de recursos ao setor. As obrigações dos Governos para com o direito à habitação digna são aquelas disciplinadas no inciso I do artigo 2º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e as de reconhecer, respeitar, proteger e satisfazer este e outros direitos (FILHO, 2019).

2.2. Condições Gerais de Moradia em Medianeira

Tendo em vista certa defasagem do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que data do ano de 2013 foram utilizados dados secundários do IBGE e COHAPAR, por meio do Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS), contidas no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR) e, dados primários atualizados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Medianeira (PMM, 2021).

Em 2010 o município de Medianeira possuiu um total de 12.091 domicílios urbanos, sendo 12.024 na sede urbana e 41 domicílios no Distrito de Maralúcia (IBGE, 2010). Entre os anos de 2010 e 2021, houve o acréscimo de 12,25% no total de habitantes (IBGE, 2021), percentual que aplicado ao total de domicílios particulares permanentes, resulta em 13.632 domicílios. Ressalta-se que conforme levantamento realizado pela Prefeitura Municipal, em 2021 o total de domicílios é 13.773, que em comparação com a estimativa para 2021, disposta na **TABELA 11**, difere em apenas 141 domicílios.

Já, vislumbrando-se um horizonte de cerca de 10 anos haverá no ano de 2030 o total de 14.998 domicílios particulares permanentes urbanos, conforme demonstram a **TABELA 11** e gráfico exposto na **FIGURA 14**.

TABELA 11: EVOLUÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS EM MEDIANEIRA

DISTRITOS	CENSO 2010		ESTIMATIVAS			
	população residente (2010)	domicílios particulares permanentes (2010)	população estimada (2020)	domicílios particulares permanentes estimados (2021)	população estimada (2030)	domicílios particulares permanentes estimados (2030)
Sede	37.187	12.024	41.743	617	45.927	14.915
Maralúcia	127	41	143	46	157	51
Industrial	76	26	85	30	94	33
TOTAL	37.390	12.091	41.971	13.632	46.178	14.998

Fonte: IBGE, 2010, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

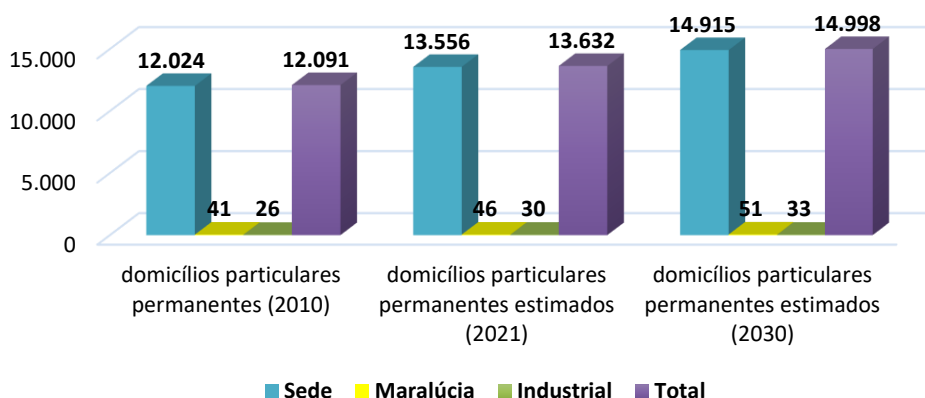
Nota

Domicílio Particular Permanente: local construído para servir, exclusivamente, à habitação.

Observações

* Estimativas com base no acréscimo populacional de 12,25% estimado pelo IBGE entre os anos de 2010 e 2021 que resulta no crescimento anual de 1,11% ao ano.

FIGURA 14: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM MEDIANEIRA – 2010 A 2030



Fonte: IBGE 2010, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Com relação às características dos domicílios urbanos relacionadas às categorias de construção urbana, tanto na sede, quanto distritos, a Prefeitura Municipal de Medianeira (PMM), realizou recente levantamento no ano de 2020, em que foram consideradas as seguintes categorias de construção: *casa, apartamentos, galpão, telheiro, sala ou loja e especiais*, cujos resultados retratam com exatidão a realidade atual.

Na sede urbana, conforme citado levantamento compilado na **TABELA 12**, há o predomínio de casas, sendo de 13.793 domicílios, que representam 77,64% do total das categorias analisadas no estudo. Em menores proporções estão as tipologias em apartamentos (8,03%) e salas ou lojas (6,30%). Os galpões representam 3,74% do total e os especiais 3,30%. A categoria telheiro equivale a apenas 1,00%, porém presente em todos os bairros urbanos (PMM, 2020).

No Distrito Industrial há o predomínio de galpões, que equivalem a quase 60% das tipologias de construção analisadas, possuindo pouco menos de 16% de construção do tipo casa. Já no Distrito de Maralúcia a tipologia casa representa quase 80%, sendo que em ambos os distritos não há a tipologia apartamento (PMM, 2020).

TABELA 12: TIPO DE CONSTRUÇÃO POR BAIRRO

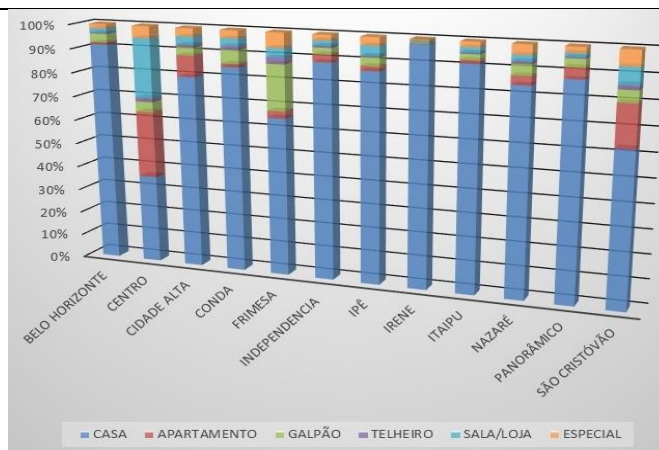
BAIRRO	CASA	APARTAMENTO	GALPÃO	TELHEIRO	SALA/LOJA	ESPECIAL	TOTAL
BELO HORIZONTE	1480	15	57	8	28	29	1617
CENTRO	1059	796	125	47	714	142	2883
CIDADE ALTA	1735	190	71	24	71	73	2164
CONDA	1092	17	73	19	40	41	1282
FRIMESA	204	9	59	8	12	19	311
INDEPENDENCIA	1466	51	43	12	34	38	1644
IPÊ	1147	25	47	6	53	44	1322
JARDIM IRENE	1923	4	11	1	11	11	1961
ITAIPU	1079	16	27	6	24	25	1177
NAZARÉ	1595	68	81	21	43	76	1884
PANORÂMICO	183	9	7	1	3	5	208
SÃO CRISTÓVÃO	830	226	63	24	87	83	1313
Subtotal	13793	1426	664	177	1120	586	17766
DISTRITO INDUSTRIAL	19*	0	70	17	5	8	119
DISTRITO DE MARALÚCIA	38	0	4	2	1	3	48
TOTAL	13850	1426	738	196	1126	597	17933

Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2020

NOTA: Tendo em vista o Distrito Industrial não ser destinado à habitação residencial, o número de casas refere-se a moradias de caseiros.

Analisando-se os bairros urbanos, conforme as tipologias de construção em análise, o bairro Jardim Irene é o que apresenta a maior quantidade de casas, seguido pelo bairro Cidade Alta. O bairro Panorâmico é o que apresenta a menor quantitativo de casas, seguido pelo bairro Frimesa. Com relação ao predomínio de apartamentos estes se concentram no bairro Centro, da mesma forma que a tipologia sala ou loja e especiais, como se pode observar no gráfico da FIGURA 15.

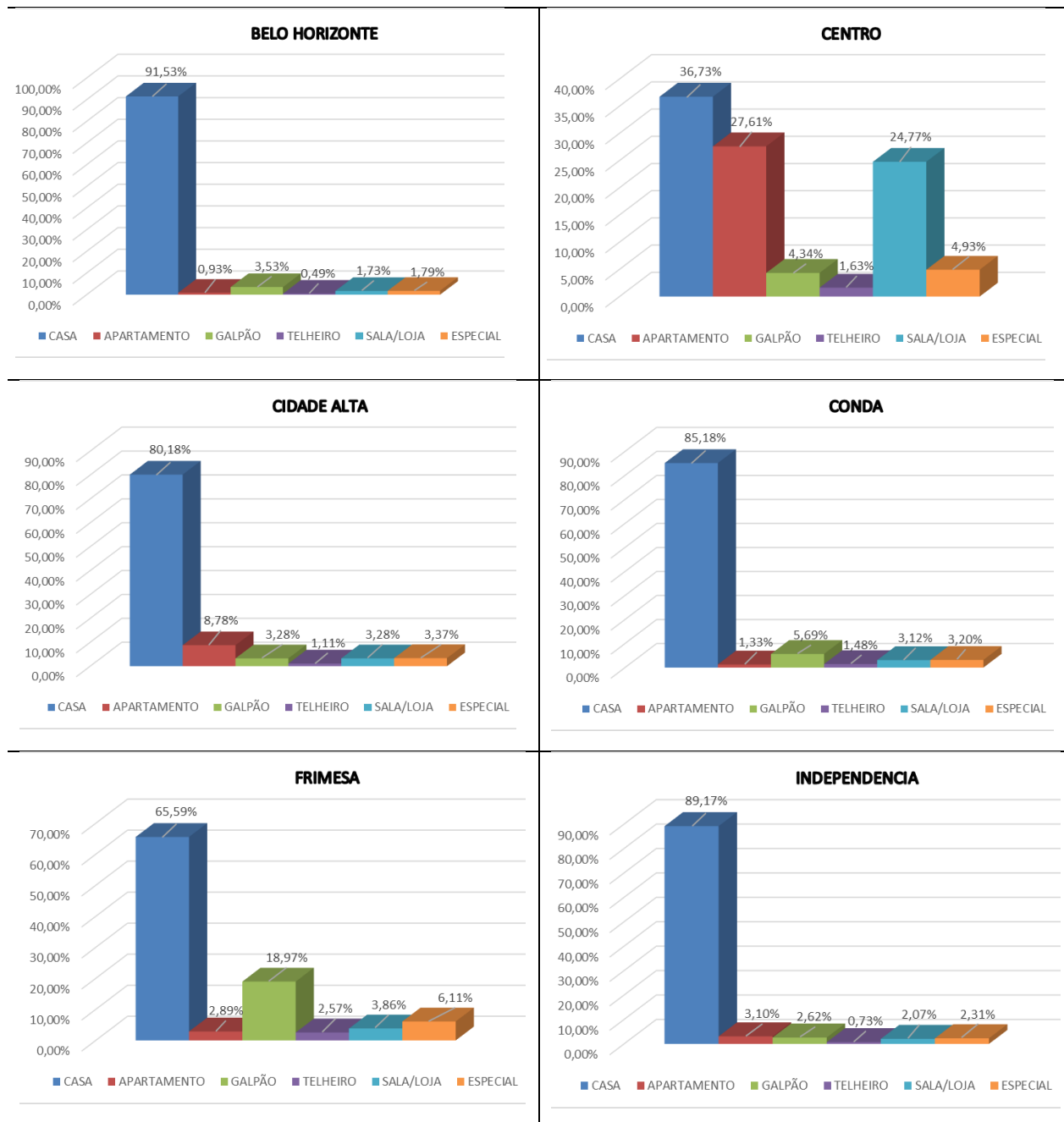
FIGURA 15: GRAFICO DAS TIPOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE URBANA

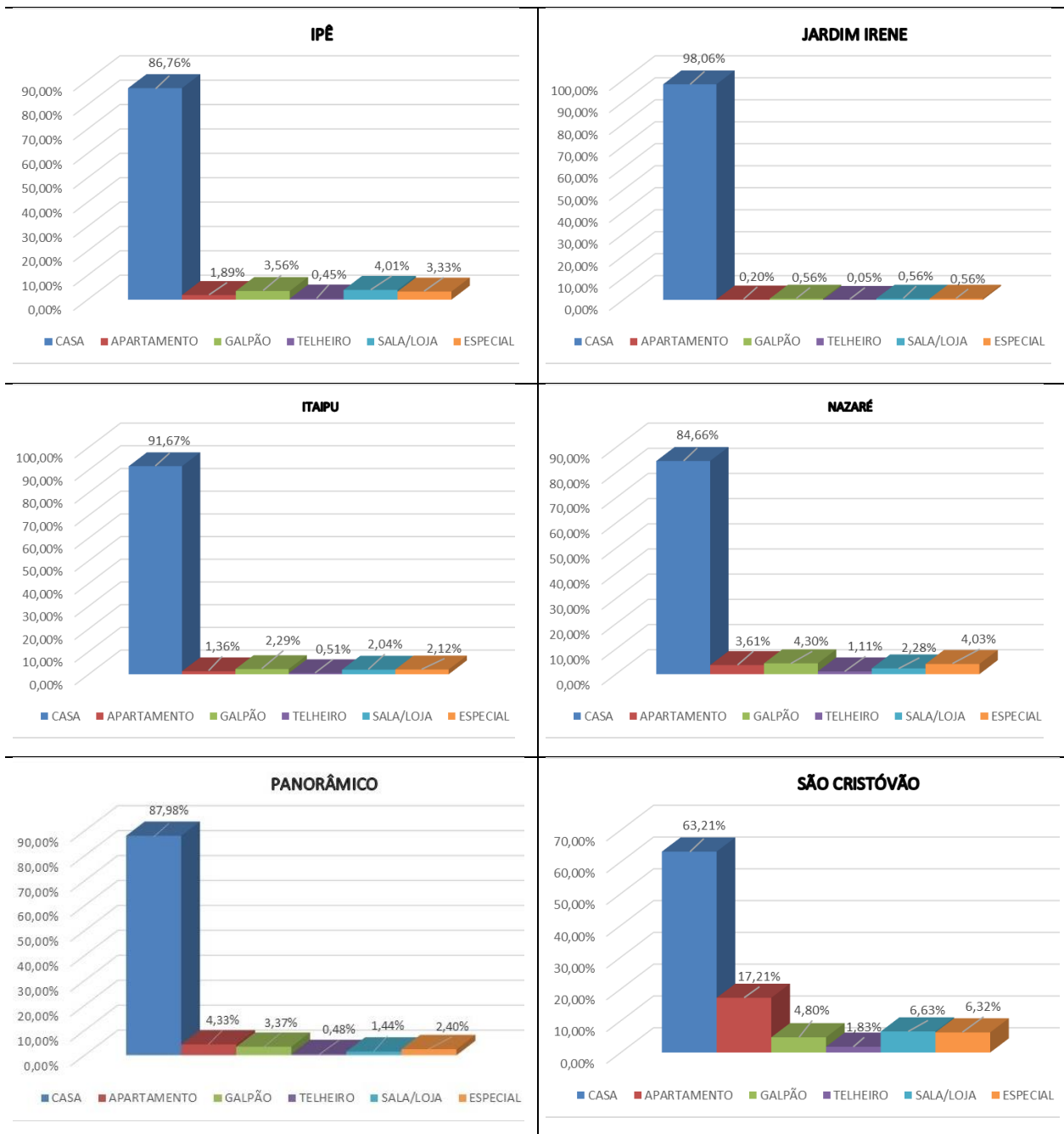


Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2020

A FIGURA 16 e FIGURA 17 demonstram, respectivamente, as tipologias construtivas para cada um dos bairros da sede urbana, bem como para os distritos Maralúcia e Industrial.

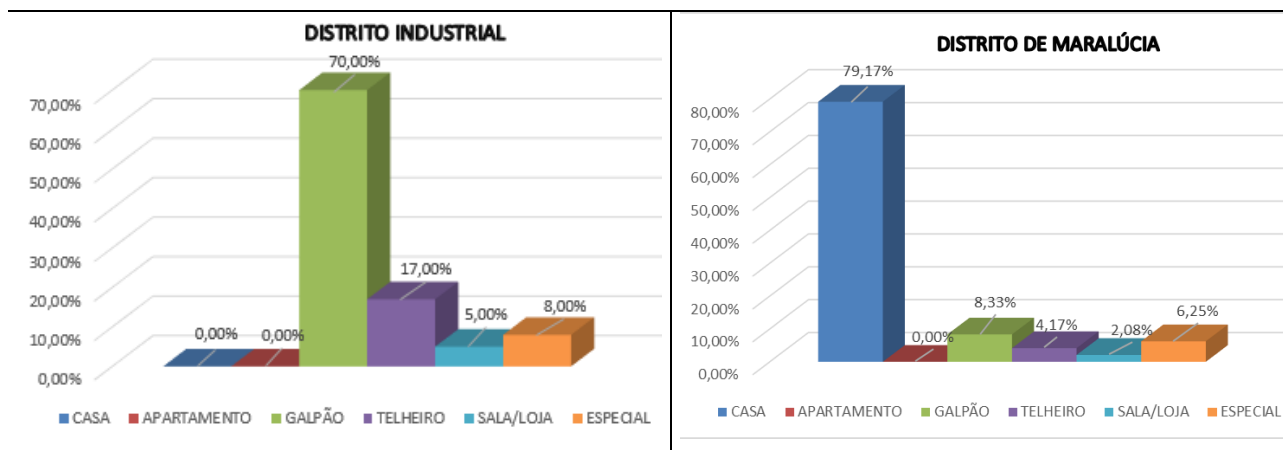
FIGURA 16: TIPOLOGIAS CONSTRUTIVAS POR BAIRRO DA SEDE URBANA





Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2020

FIGURA 17: TIPOLOGIAS CONSTRUTIVAS NOS DISTRITOS

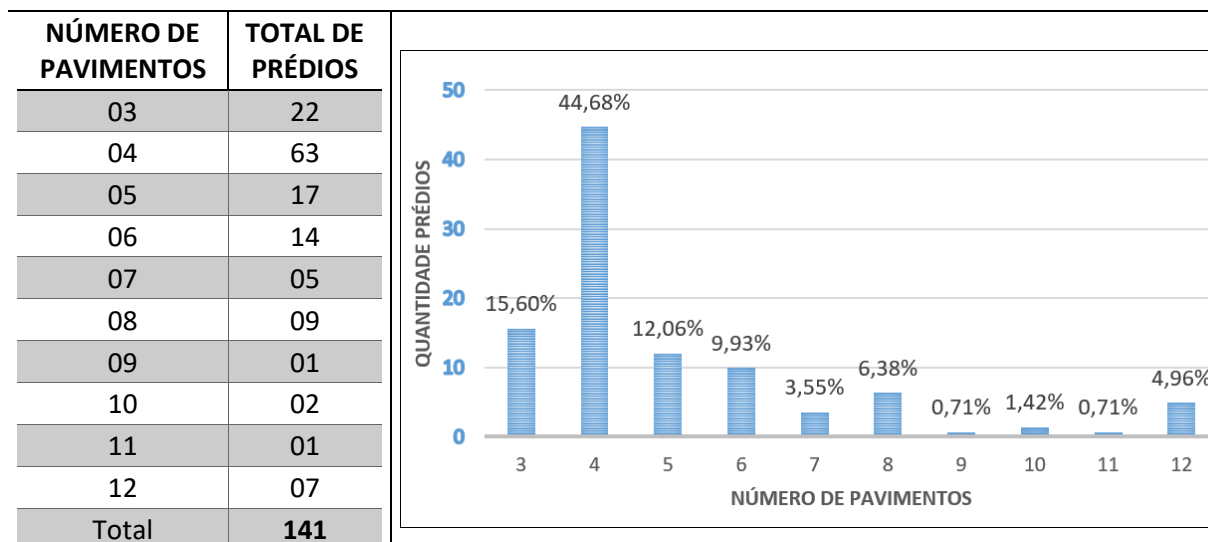


Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2020

Com relação aos apartamentos, estes concentram-se predominantemente em prédios de 4 pavimentos, cujo processo de verticalização teve início na década de 80.

A partir do levantamento da Prefeitura (PMM, 2020), a sede urbana possui um total de 63 prédios de quatro pavimentos que representam quase 45% do total de verticalização (**TABELA 13**). Calculou-se a média de apartamentos nestes prédios de 4 pavimentos e chegou-se ao índice de 2,6 domicílios por andar. O maior número de pavimentos é representado por prédios de até 12 andares que representam quase 5% do total.

TABELA 13: QUANTITATIVO DE VERTICALIZAÇÃO DA SEDE URBANA DE MEDIANEIRA



Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2021.

NOTA:

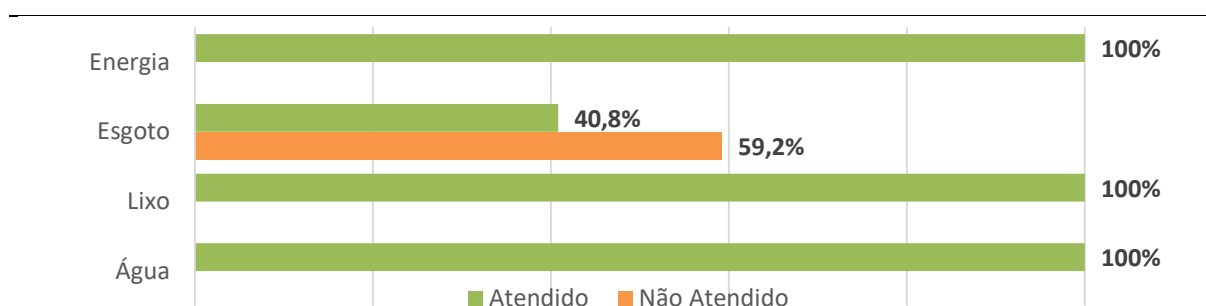
Na década de 70 havia inúmeros edifícios de 2 a 3 pavimentos.

Com relação às infraestruturas que acabam afetando direta ou indiretamente as condições de moradia, com base no Produto 2.6 (*Capacidade de Atendimento e Distribuição das*

Infraestruturas, Equipamentos e Serviços Públicos), apresentam os gráficos que ilustram o atendimento (**FIGURA 18** e **FIGURA 19**), que demonstram a compilação dos resultados dos domicílios urbanos atendidos pelas principais infraestruturas e serviços públicos de rede de abastecimento de água e coleta de esgoto, coleta de resíduos sólidos e energia elétrica em 2021.

O desempenho do atendimento em serviços urbanos é de 100% na oferta por distribuição de energia elétrica, coleta de lixo e abastecimento de água. A maior carência atualmente é o serviço de esgotamento sanitário, cujo índice de atendimento é de cerca de 40% (SANEPAR, junho/2021), conforme ilustrado na **FIGURA 18**.

FIGURA 18: GRÁFICO DOS PERCENTUAIS DOS DOMICÍLIOS URBANOS ATENDIDOS POR SERVIÇOS

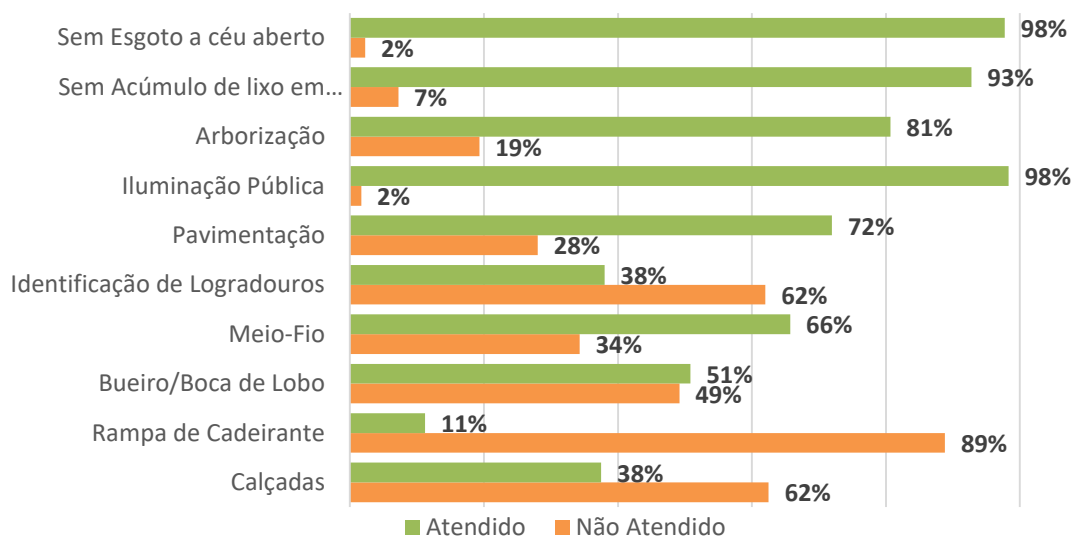


Fonte: IBGE, 2010; SNIS, 2018; SANEPAR, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Na **FIGURA 19** estão ilustradas as estimativas de atendimento das infraestruturas baseadas no Censo 2010. O desempenho em relação às infraestruturas urbanas apresenta situação mais heterogênea do que os serviços. As condições sanitárias de limpeza urbana (esgoto a céu aberto e acúmulo de lixo em logradouros), arborização e iluminação pública foram as infraestruturas com melhor desempenho. Já aquelas infraestruturas voltadas à caminhabilidade (como existência de calçadas e rampas de cadeirante) foram as com menor capacidade de atendimento, conforme ilustra a **FIGURA 19**.

Salienta-se que a cobertura da infraestrutura de pavimentação melhorou e abrange quase a totalidade das vias urbanas (Prefeitura Municipal, 2021), sendo acompanhada da ampliação das infraestruturas de caminhabilidade.

FIGURA 19: GRÁFICO DOS PERCENTUAIS DOS DOMICÍLIOS URBANOS ATENDIDOS POR INFRAESTRUTURAS



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

2.3. Déficit Habitacional

Este item apresenta o déficit habitacional quali-quantitativo que corresponde às necessidades habitacionais da população, tendo por base dados do IBGE compilados pela Fundação João Pinheiro² (FJP).

O déficit se agrupa em dois componentes: o quantitativo (que se refere à reposição e incremento de moradias) e o qualitativo (corresponde a habitações que não dispõem de condições de habitabilidade). O déficit habitacional visa dimensionar a deficiência do estoque de moradias, ou seja, a quantidade de habitações necessárias para repor o estoque e atender a demanda criada por uma população que não se encaixa nas condições do mercado imobiliário atual (tanto público quanto privado).

A partir da **TABELA 14**, verifica-se que no interím de 2000 a 2010 o município de Medianeira apresentou aumento no déficit habitacional urbano, elevando a demanda por habitações de 697 para 1.078. Já o número de domicílios vagos caiu de 760 para 492 nesse recorte de tempo. Em 2000 a capacidade em suprir o déficit de habitações apresentava suficiência, no entanto

² A Fundação João Pinheiro é um órgão público oficial de estatística no Estado de Minas Gerais, vinculado à secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Atua na área de ensino e pesquisas em administração pública, avaliação de políticas públicas e na produção de indicadores estatísticos, econômicos, demográficos e sociais. A FJP presta serviços para diversas instituições, dentre elas: governos estaduais, federais, prefeituras, câmaras municipais, órgãos nacionais e internacionais, universidades e entidades representativas de diversos segmentos sociais. Esta fundação desenvolveu um método específico a partir do detalhamento de dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (FJP, 2013).

no ano de 2010 foi de 45,64% em virtude do déficit de 1.078 habitações para 492 domicílios vagos. As dinâmicas referentes ao meio rural são de decréscimo das demandas (FJP, 2013).

TABELA 14: DÉFICIT HABITACIONAL

ANO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		DÉFICIT HABITACIONAL		DOMICÍLIOS VAGOS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
URBANO	9.411	12.091	697	1.078	760	492
RURAL	1.193	1.310	108	96	172	165
TOTAL	10.604	13.401	805	1.174	932	657

Fonte: IBGE, 2000, 2010. FJP 2001, 2013.

Entre os anos de 2000 e 2010 Medianeira aumentou o número de domicílios particulares permanentes urbanos de 9.411 para 12.091, apresentando crescimento de 28,47%. Os domicílios urbanos totalmente adequados no ano de 2000 foram 2.817 (apenas 29,93% do total das habitações permanentes urbanas), já em 2010 o número foi 3.749 (31% do total das habitações permanentes urbanas).

Os domicílios podem apresentar mais de uma inadequação simultaneamente, na **TABELA 15** estão relacionados os percentuais referentes às habitações urbanas permanentes em situação de precariedade no atendimento de infraestruturas urbanas (iluminação pública, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo).

TABELA 15: INADEQUAÇÕES DE ATENDIMENTO DE INFRAESTRUTURAS NOS DOMICÍLIOS URBANOS

ATENDIMENTO	2000		2010	
	nº domicílios inadequados	% dos domicílios urbanos	nº domicílios inadequados	% dos domicílios urbanos
energia elétrica	32	0,34	0	0,00
abastecimento água	341	3,62	303	2,51
esgotamento sanitário	6.325	67,21	8.144	67,40
coleta lixo	160	1,70	18	0,15

Fonte: IBGE, 2000, 2010. FJP 2001, 2013.

Notas

Critérios considerados pela FJP para determinação de domicílios inadequados segundo o componente infraestrutura:

Abastecimento de água: Poço ou nascente na propriedade; Poço ou nascente fora da propriedade; Carro-pipa; Água da chuva armazenada em cisterna; Água da chuva armazenada de outra forma; Rios, açudes, lagos e igarapés; Outra; Poço ou nascente na aldeia; Poço ou nascente fora da aldeia.

Esgotamento sanitário: Fossa rudimentar; Vala; Rio, lago ou mar; Outro.

Coleta de Lixo: Queimado (na propriedade); Enterrado (na propriedade); Jogado em terreno baldio ou logradouro; Jogado em rio, lago ou mar; Tem outro destino.

Energia Elétrica (Existência): Sim, de outras fontes; Não existe energia elétrica.

Quanto ao atendimento em infraestruturas urbanas, a que apresentou evolução mais expressiva foi a de iluminação elétrica, que no ano de 2000 deixava de atender adequadamente 0,34% dos domicílios urbanos permanentes, mas em 2010 passou a abranger toda a área urbana. O esgotamento sanitário apresenta as maiores deficiências desde 2000, com 67,21% de inadequação crescendo em 2010 para 67,40%, o que aponta emergência em ações e projetos para melhoria da qualidade de vida da população.

2.4. Vulnerabilidade Social

A vulnerabilidade social é caracterizada pela suscetibilidade à pobreza e pode ser analisada através das relações entre renda, à educação, ao trabalho e à moradia das pessoas e famílias em situação vulnerável (Atlas Brasil, 2021). No **QUADRO 2** a seguir estão dispostos os indicadores para análise de vulnerabilidade social definidos pelo Atlas Brasil:

QUADRO 2: INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL – 2000 A 2010

Indicador	Ano	Medianeira	Paraná	Brasil
Crianças				
% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	2000	79,81	79,99	76,21
	2010	54	57,42	56,85
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	2000	11,31	13,12	15,4
	2010	4,57	6,35	11,61
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	2000	4,47	10,1	20,19
	2010	1,79	3,51	11,47
Adultos				
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	2000	46,15	44,52	48,71
	2010	27,43	31,55	35,24
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	2000	7,91	11,51	14,66
	2010	13,45	14,47	17,23
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	2000	1,18	2,31	3,41
	2010	0,74	1,31	2,42
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	2000	-	-	-
	2010	0,03	0,68	1,42
Condição de Moradia				
% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	2000	96,70	-	-
	2010	98,71	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

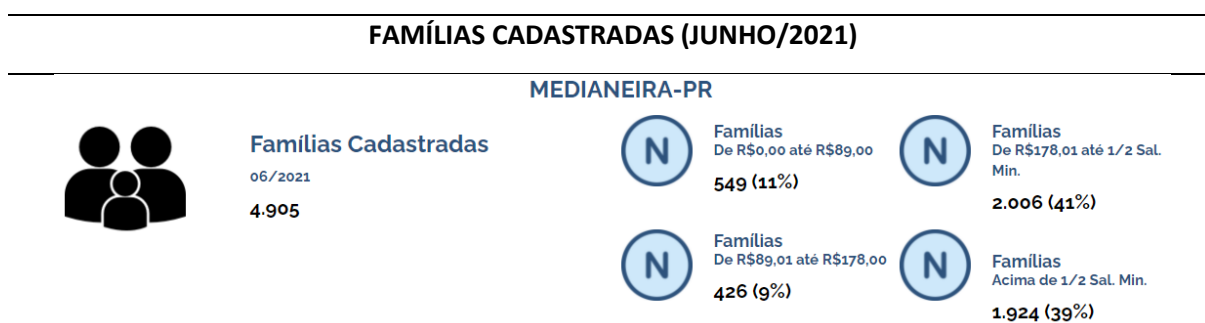
Em um panorama geral, no nível municipal entre os anos de 2000 e 2010, Medianeira apresentou melhora nos indicadores, exceto por “% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade”, que passou de 7,91% em 2000 para 13,45% em 2010, mas encontrou-se próximo do percentual apresentado pelo Paraná. Os percentuais apresentados pelo município equivalem-se aos percentuais apresentados nos níveis estadual e nacional, apresentando ainda desempenho superior ao Paraná e Brasil.

2.4.1. Cadastros Municipais

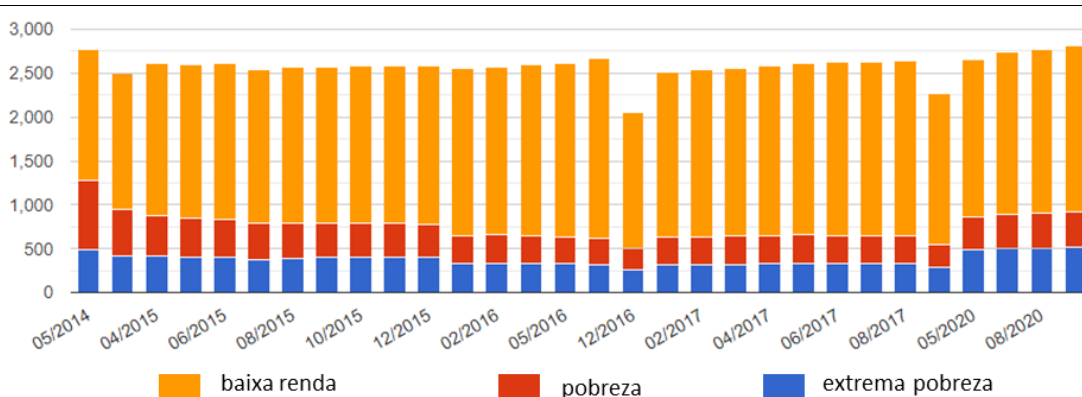
A base de dados do Governo Federal em que estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, com renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa (baixa renda) é o Cadastro Único, também conhecido por CADÚNICO.

De acordo com dados do Ministério da Cidadania/Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (MC/SENARC, 2021), constantes da Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD de junho, 2021), a quantidade de famílias cadastradas em Medianeira, com perfil familiar *per capita* de até meio salário-mínimo é de 2.981 famílias. Dentre elas, há 975 famílias consideradas na faixa de “pobreza” e “extrema pobreza”, ou seja, com renda per capita de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais), de um total de 4.905 famílias cadastradas no CadÚnico, totalizando 11.221 pessoas (MC/SENARC, 2021), conforme demonstra a **FIGURA 20**.

FIGURA 20: FAIXAS DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA



SÉRIE HISTÓRICA – DISTRIBUIÇÃO FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDA (2014-2020) ATÉ MEIO SALÁRIO-MÍNIMO



Fonte: CECAD, 2021.

Notas

Distribuição das famílias por faixa de renda per capita: Famílias cuja renda per capita calculada pelo Sistema de Cadastro Único se encontra nas seguintes faixas de renda:

Extrema pobreza: Renda por pessoa até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais);

Pobreza: Renda por pessoa entre R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) e R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais);

Baixa renda: Renda por pessoa entre R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e ½ salário-mínimo;

Acima de ½ salário-mínimo: Renda por pessoa acima de R\$ ½ salário-mínimo.



Cabe destacar que o Governo Federal utiliza os dados do CadÚnico para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BCP), Programa Bolsa Família, entre outros.

Conforme dados disponibilizados pela prefeitura segundo folha de pagamento do mês de junho/2021, Medianeira possui 925 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, uma cobertura de 86,1% em relação a estimativa de famílias de baixa renda no município. O valor total transferido em benefício às famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município é de R\$ 74.829,00 no mês, sendo o valor médio pago as famílias de R\$ 80,90 mês. No Brasil, o valor médio pago as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família é de R\$ 83,15 mês com referência também o mês de junho/2021.

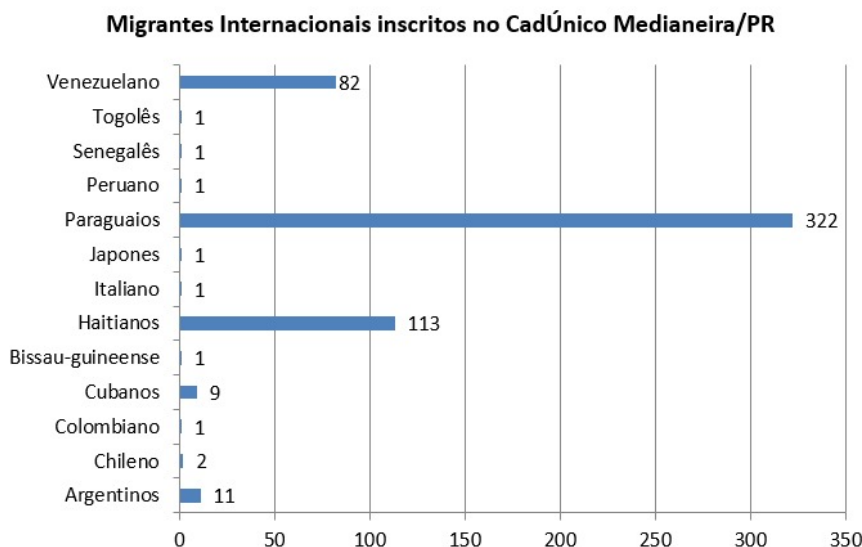
Em relação aos dados de pessoas beneficiárias com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para Pessoas com Deficiência (PCD) e pessoas idosas incluindo Renda Mensal Vitalícia (RMV), conforme dados de maio/2021 do Ministério da Cidadania, Medianeira possui 1.279 beneficiários recebendo um salário-mínimo nacional mensal, perfazendo um total geral em valor mensal pago as pessoas beneficiárias de Medianeira de R\$ 1.406,900,00 (SMAS, 2021).

Outra característica singular que se pode destacar do Diagnostico Social é o deslocamento da população de baixa renda dentro do território municipal, no território regional e internacional, sendo muitas famílias provenientes da região norte do país, em busca de melhores condições de vida.

A localização geográfica de Medianeira, às margens da rodovia BR-277, entre dois polos regionais, Cascavel e Foz do Iguaçu, distante 60 km da fronteira do país, torna o município destino de muitas famílias brasileiras que retornam dos países vizinhos, assim como estrangeiros que buscam nas políticas sociais um sistema de proteção social inexistente, principalmente no Paraguai e Haiti.

Conforme registros municipais, desde 2014 o município de Medianeira tem recebido imigrantes haitianos. Em junho de 2018 a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) realizou um levantamento em que se verificou alta mobilidade dessa população no município e em municípios vizinhos. Foram entrevistados 67 haitianos e contabilizados 84 haitianos residindo em Medianeira. O levantamento também identificou aproximadamente 15 famílias que fixaram residência em Medianeira, que já trouxeram filhos, esposas/maridos para residirem juntos no município (SMAS, 2021).

Com relação aos estrangeiros, inscritos na base de dados do CadÚnico de Medianeira referente ao mês de abril/2021, constatou-se 546 estrangeiros (**FIGURA 21**).

FIGURA 21: ESTRANGEIROS INSCRITOS NO CADÚNICO EM MEDIANEIRA

Fonte: Cadastro Único, abril/2021. SMAS, 2021.

O deslocamento de famílias de outros municípios e Estados para Medianeira ocorre com frequência, pois vêm em busca de trabalho e, conseqüentemente, condições de vida melhor. De acordo com dados municipais, no ano de 2020 o setor do CadÚnico realizou 504 cadastros novos e 160 transferências para Medianeira, sendo que 44 famílias foram oriundas de outros Estados. Somente no primeiro semestre de 2021 foram registrados no CadÚnico 323 famílias novas e 159 transferências, ou seja, famílias que já possuíam CadÚnico em outros municípios e que passaram a residir em Medianeira, sendo 58 famílias advindas de outros Estados. Cabe salientar que esses são dados de famílias que procuram o CRAS, não estando considerados casos de subnotificação pelas famílias que não buscaram a política de assistência social.

2.4.2. Programas Habitacionais em Medianeira

A fim de elucidar algumas demandas habitacionais, decorrentes de invasões e assentamentos precários, foram implantados no município conjuntos residenciais, com domicílios em alvenaria e infraestrutura básica, por meio de programas habitacionais, em parcerias com a COHAPAR.

Os primeiros conjuntos habitacionais de Medianeira foram implantados em 1986, com 280 unidades no total. A maior parte deles no bairro Itaipu, sendo o conjunto Sudcoop instalado no bairro Frimesa. Nos anos subsequentes também foram implantados novos conjuntos habitacionais, um deles no bairro Ipê e os demais no bairro Jardim Irene (PMM, 2020).

Foram implantados em Medianeira 11 (onze) empreendimentos habitacionais em um total de 931 unidades, como demonstra a **TABELA 16** e **FIGURA 22**.

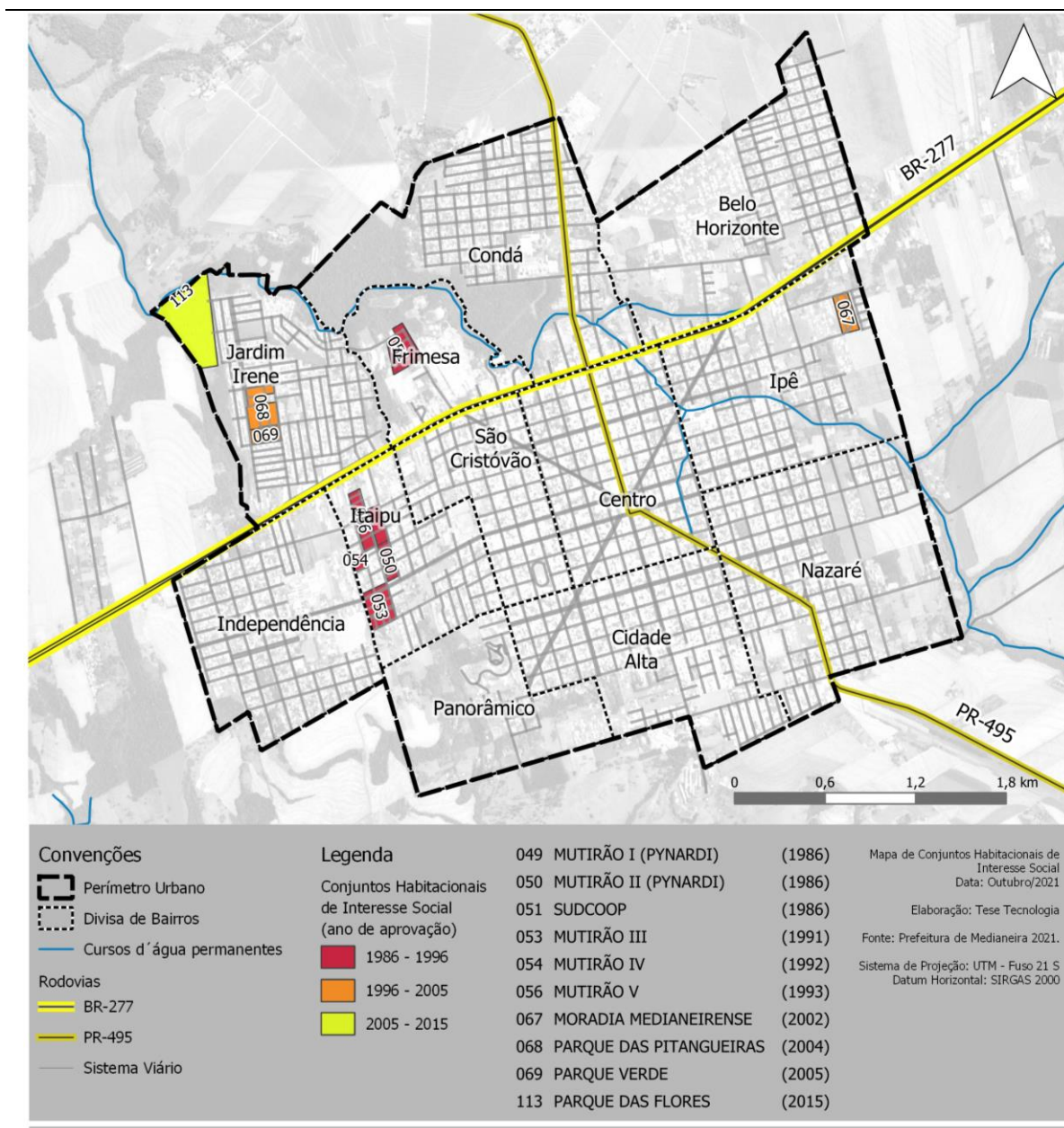
De acordo com dados da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), estão sendo implantadas mais 20 unidades habitacionais no bairro Jardim Irene, por meio de uma parceria com a Itaipu Binacional (COHAPAR, 2019).

TABELA 16: LOTEAMENTOS PROVENIENTES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

Nome do Loteamento	Área m ²	Lei/Alvará nº	Data Lei/Alvará	Local do Empreendimento	Unidades
Conjunto Habitacional Medianeira	46.868	007/86	09.04.86	Chác. nº 52 e 53	92
L. Sudcoop (Cohapar) * para funcionários da indústria	41.245,08	Autoriz. Prefeito	06.11.86	Parte da Chácara 4,5,7	100
Mutirão I (Pynandi I)	23.340	60/86	15.04.86	Chác. nº 51	42
Mutirão II (Pynandi II)	22.654		1986	Chác. nº 60	46
L. Mutirão III Conj. Hab. Medianeira III	46.888	RI 17.162	Sem lei Nomeação 1991	Chácara 67 e 68	76
L. Mutirão IV	9.259,63	037/92	03.07.92	Parte Chác. nº 58	18
L. Mutirão V	36.300,00	010/93	08.06.93	Chác. 41 e 50	80
L. Moradia Medianeirense	27.239,00	alvará 001/02	26.03.02	Chácara nº 118	56
L. Moradia Parque das Pitangueiras	48.812,50	Alvará 2004	16.02.04	Lote Rural nº 90-A	90
L. Parque Verde	14.043,00	Alvará 001/05	17.05.05	Lote Rural nº 90-B	27
Parque das Flores	134.800,00	Alvará 10/2015	24/11/15	Parte do lote 93	304

Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2020.

FIGURA 22: CONJUNTOS HABITACIONAIS DE MEDIANEIRA



Fonte: com base em IBGE, 2000 e 2019.

NOTA: Os códigos dos conjuntos habitacionais estão relacionados aos códigos dos loteamentos elaborado no produto 2.5 da presente Revisão do Plano Diretor.

2.5. Condições de Moradia das Ocupações Irregulares

As ocupações irregulares são também denominadas de “aglomerados subnormais” (favelas ou similares), de acordo com definição do IBGE (2010) e correspondem ao conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma



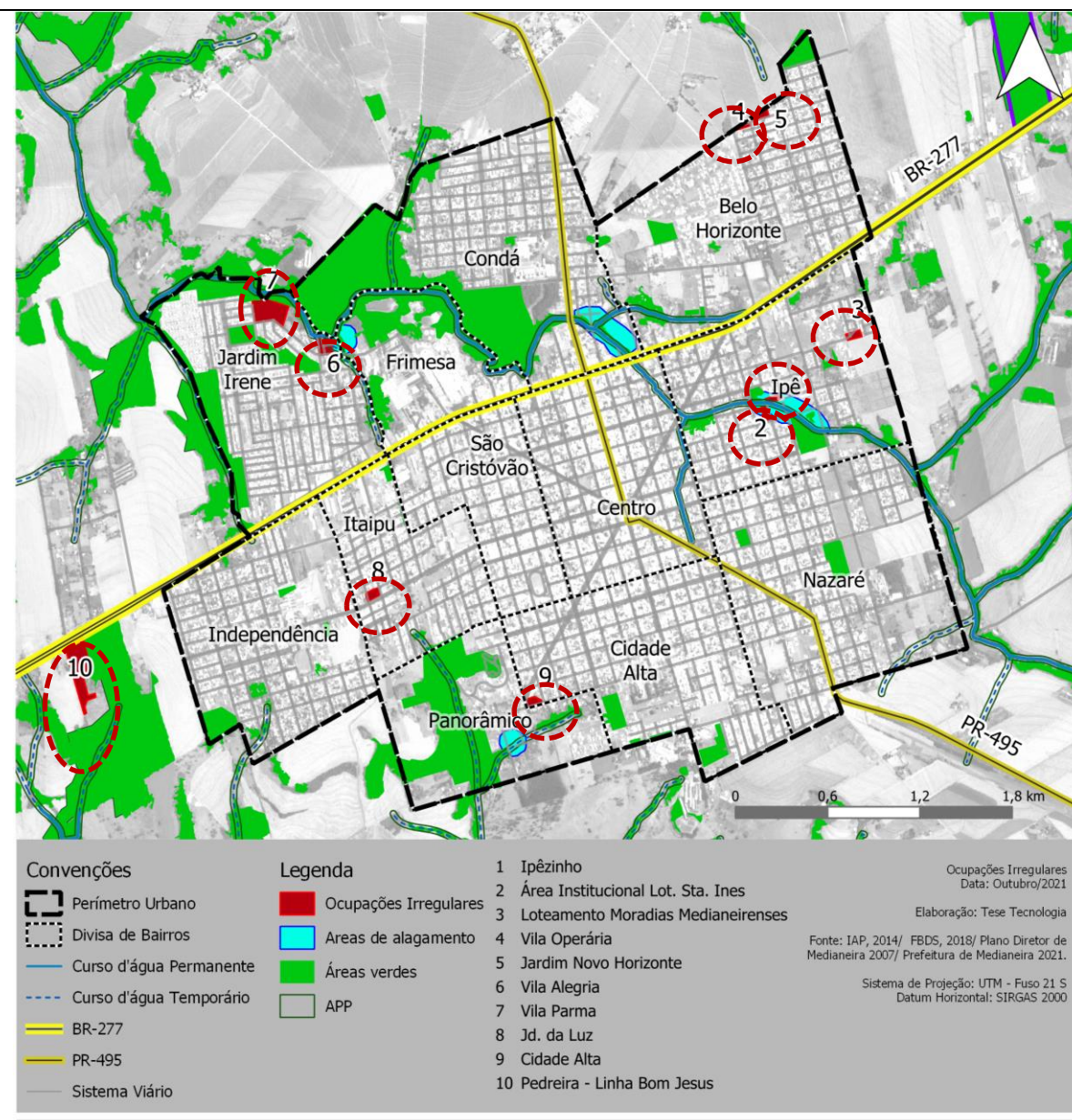
desordenada e/ou densa. Problema enfrentado pela administração pública de Medianeira há pelo menos 30 anos.

De acordo com dados do diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) (MEDIANEIRA, 2013), o crescimento excessivo das ocupações irregulares no município se deu, especialmente, a partir da década de 90. Ocorrem em vários pontos isolados da cidade, decorrentes de ocupações de loteamentos clandestinos, bem como da subdivisão irregular de lotes, ou seja, lotes regulares receberam mais de uma unidade residencial à medida que a família crescia, ou com a chegada de parentes e amigos do interior, como forma de ampliar a renda familiar.

De acordo com informações da Prefeitura Municipal (2021), as ocupações irregulares, também denominadas de “invasões” da sede urbana correspondem a 09 (nove) áreas urbanas totalizando **617 famílias** e uma invasão na área rural, com mais **160 famílias**, conforme se pode visualizar na **FIGURA 23**, nesta condição de ocupação e em situação de precariedade de moradia, quais sejam:

- 1) Ipezinho;
- 2) Área institucional Loteamento Santa Inês;
- 3) Loteamento Moradias Medianeirenses;
- 4) Vila Operária;
- 5) Jardim Novo Horizonte;
- 6) Vila Alegria;
- 7) Vila Parma;
- 8) Jardim da Luz;
- 9) Final da Cidade Alta;
- 10) Pedreira - Linha Bom Jesus (área rural).

FIGURA 23: LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES/INVASÕES



Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2021.

Verificam-se que as áreas de invasão se encontram nas porções mais periféricas dos bairros urbanos: Ipê, Belo Horizonte, Jardim Irene, Itaipu e Cidade Alta. Ambas se encontram em áreas de propriedade pública, pertencentes ao município (PMM, 2021). Em algumas delas, houve a implantação de infraestrutura pelo município, como rede de abastecimento de água, energia elétrica, coleta de resíduos e pavimentação. De acordo com o PLHIS (MEDIANEIRA, 2013), em função da escassez de recursos financeiros, a administração pública não possui sistema ou pessoal para fiscalizar novas invasões, tendo difícil controle no uso e ocupação do solo municipal.

Merece destaque, uma das áreas de invasão, que está em área rural, a oeste da sede urbana, distante apenas cerca de 600 metros do perímetro urbano, denominada de ocupação Pedreira – Linha Bom Jesus. É a mais antiga dentre as ocupações e também a com maior quantidade de domicílios, 140. Está sobre a faixa de domínio da rodovia federal BR-277 e em encosta íngreme, correndo risco de deslizamento.

A **TABELA 17** demonstra a caracterização geral das 09 (nove) ocupações irregulares/invasões da sede urbana e uma na área rural, cujo detalhamento de cada uma consta a seguir.

TABELA 17: CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES (INVASÕES) EM MEDIANEIRA

OCUPAÇÃO IRREGULAR	LOCALIZAÇÃO	TEMPO DE EXISTÊNCIA (anos)	TOTAL DE DOMICÍLIOS	FONTE DAS INFORMAÇÕES	CARACTERÍSTICAS
1 IPEZINHO	Bairro Ipê	18	98	In loco e CadÚnico	- Em área de APP - Alto risco de inundação
2 ÁREA INSTITUCIONAL LOTEAMENTO SANTA INÊS	Bairro Ipê	-	57	In loco e CadÚnico	- Área Institucional - Parcialmente em área de APP - Médio risco de inundação
3 VILA NOVA (LOTEAMENTO MORADIAS MEDIANEIRENSES)	Bairro Ipê	10	50	In loco e CadÚnico	- Área Institucional e via pública
4 VILA OPERÁRIA	Bairro Belo Horizonte		15	In loco e Cadastro SUS	- Área Institucional e via pública
5 JARDIM NOVO HORIZONTE	Bairro Belo Horizonte	25	82	In loco e Cadastro SUS	- Área Institucional
6 VILA ALEGRIA	Bairro Jardim Irene (Final da Rua Jaime Loch com Rua César Varner) Lot. Jardim das Laranjeiras	30	60	In loco e CadÚnico	- Em área de APP - Alto risco de inundação
7 VILA PARMA	Bairro Jardim Irene Loteamento Florença	07	160	In loco e CadÚnico	- Área Institucional
8 JARDIM DA LUZ - ITAIPI	Bairro Itaipu	30	50	In loco e CadÚnico	- Adensamento excessivo
9 FINAL DA CIDADE ALTA	Bairro Cidade Alta	30	45	In loco e CadÚnico	- Adensamento excessivo
10 PEDREIRA - LINHA BOM JESUS	Área rural	32	160	In loco	- Em área de APP - Em faixa de domínio rodoviário - Em encosta íngreme

Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira, 2021

Dentre as famílias, integrantes das citadas áreas de invasão, cadastradas no CADÚNICO como área de risco, constam apenas 241 famílias, do total de 617 famílias da sede urbana, o que

corresponde a 39% do total, conforme demonstra a TABELA 18, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (2019).

A ocupação Ipezinho é a que possui o maior número de famílias cadastradas no CADÚNICO, com cerca de 87% das famílias. Do total de famílias irregulares da sede urbana, cerca de 50% estão cadastradas no CADÚNICO, conforme apontado na tabela a seguir.

TABELA 18: FAMÍLIAS CADÚNICO - ÁREA DE RISCO

	Ocupação irregular/invasão	Quantidade de famílias cadastradas	Total de famílias na ocupação
1	Ipezinho	85	98
2	Área institucional Lot. Santa Inês	19	57
3	Vila Nova	25	50
4	Vila Operária	15	15
5	Jardim Novo Horizonte	33	82
6	Vila Alegria	26	60
7	Vila Parma	72	160
8	Jardim Da Luz	18	50
9	Cidade Alta	15	45
	TOTAL (ocupações sede urbana)	308	617
10	Pedreira – Linha Bom Jesus (área rural)	69	160

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, 2021.

Apresenta-se a caracterização geral de cada uma das ocupações irregulares/invasões citadas acima. Para algumas delas há informações adicionais disponíveis no SISPEHIS (COHAPAR, 2019), como o padrão construtivo das moradias, condições de infraestrutura, existência de equipamentos comunitários, além das possibilidades de intervenção previstas, compiladas na **TABELA 19**.

2.5.1. IPEZINHO

A ocupação irregular Ipezinho localiza-se na porção central do bairro Ipê, como demonstra a **FIGURA 24**. Está instalada há aproximadamente 18 anos e possui um total de 98 domicílios, os quais estão sobre a Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Alegria, com elevado risco de inundações, necessitando de realocação das famílias, conforme informações cadastrais da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021). Destaca-se que as famílias desta área foram realocadas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (Fundo de Arrendamento Residencial - FAR I), porém houve nova invasão.

FIGURA 24: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR IPEZINHO

Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

De acordo com dados do SISPEHIS/COHAPAR (2019), o padrão construtivo dos domicílios é em madeira e alvenaria, sendo que ambos representam de 30 a 60% dos domicílios. Verificam-se também cerca de 30% das moradias em material reaproveitado de construção civil. A condição de inabitabilidade pela precariedade dos domicílios atinge até 30% das moradias e também cerca de 30% das moradias encontram-se em bom estado de conservação, conforme ilustra a FIGURA 25.

FIGURA 25: PADRÃO CONSTRUTIVO DAS MORADIAS DO IPEZINHO

Fonte: SISPEHIS - COHAPAR, 2019

As infraestruturas viárias e de saneamento são inexistentes, uma vez que o local da ocupação irregular está em área de preservação permanente (APP) de rio. Não há iluminação pública, a rede elétrica é precária e há lixo acumulado no rio, apesar de haver coleta de resíduos da Prefeitura. Verificam-se algumas valetas a céu aberto (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

Os equipamentos comunitários como posto de saúde, escola e centro comunitário são ofertados no bairro onde a ocupação se insere e, portanto, os moradores podem usufruir dessas estruturas, exceção de CMEI e área de lazer que são inexistentes, conforme dados do (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

A possibilidade de intervenção necessária é o reassentamento total das famílias para uma área segura, sem riscos de inundação e fora das margens de rios.

2.5.2. ÁREA INSTITUCIONAL LOTEAMENTO SANTA INÊS

A ocupação irregular conhecida por Área Institucional Loteamento Santa Inês localiza-se na porção central do bairro Ipê, próxima à citada ocupação Ipezinho, como demonstra a FIGURA 26. Possui um total de 57 domicílios que ocupam a área institucional do Loteamento Santa Inês, os quais estão parcialmente sobre a Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Alegria, com médio risco de inundações, conforme informações cadastrais da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021).

FIGURA 26: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR ÁREA INSTITUCIONAL LOTEAMENTO SANTA INÊS



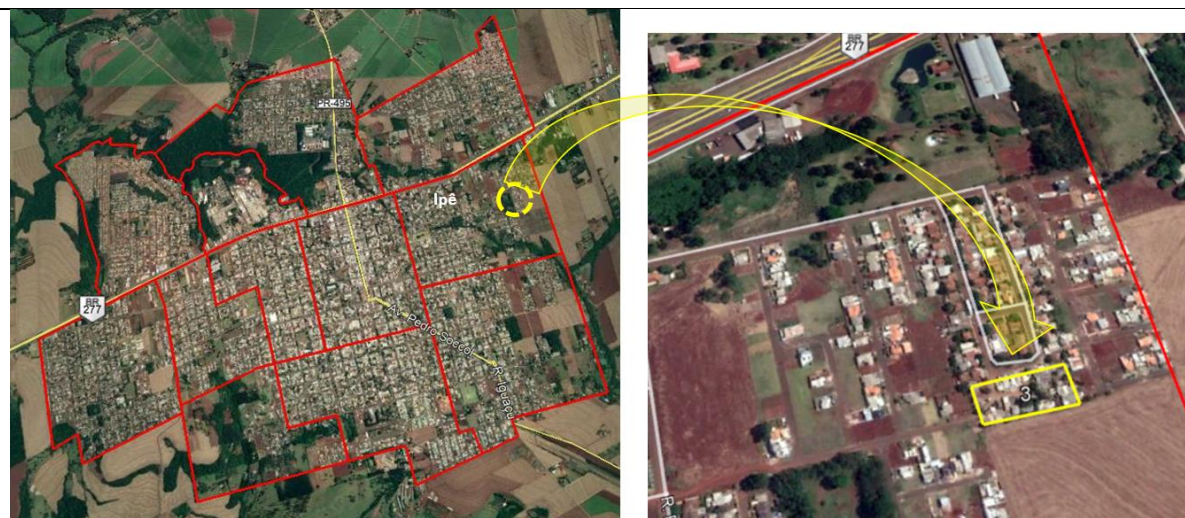
Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

2.5.3. VILA NOVA

A ocupação irregular denominado Vila Nova também se encontra no bairro Ipê, instalada há aproximadamente 10 anos, sob área institucional do Loteamento Moradias Medianeirenses e via pública, nas proximidades da ocupação irregular Ipezinho, como demonstra a **FIGURA 27**.

Possui um total de 50 domicílios, conforme dados da Prefeitura Municipal (2021), necessitando de reassentamento parcial de unidades.

FIGURA 27: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA NOVA



Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

O padrão construtivo das moradias predominante é em madeira (de 30% a 60%), sendo cerca de 30% em alvenaria e 30% de material reaproveitado de construção, como evidencia a **FIGURA 28**. A condição de inabitabilidade pela precariedade dos domicílios atinge de 30% a 60% das moradias (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

FIGURA 28: PADRÃO CONSTRUTIVO DAS MORADIAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA NOVA





Fonte: SISPEHIS - COHAPAR, 2019

De acordo com dados disponíveis no SISPEHIS/COHAPAR (2019), há precariedade tanto no arruamento, passeio para pedestres quanto rede de energia elétrica. A iluminação pública se faz presente em apenas parte do loteamento. Com relação ao saneamento, há rede de abastecimento de água e as soluções de esgotamento sanitário são precárias. Há coleta regular de resíduos sólidos. Em função do bairro Ipê ser dotado de equipamentos comunitários como posto de saúde, escola e centro comunitário esta ocupação pode ser atendida.

As possibilidades de intervenção seriam regularização fundiária, reassentamento parcial de algumas famílias e a urbanização complexa. Também haveria necessidade de reforma de moradias e construção de novos domicílios (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

2.5.4. VILA OPERÁRIA

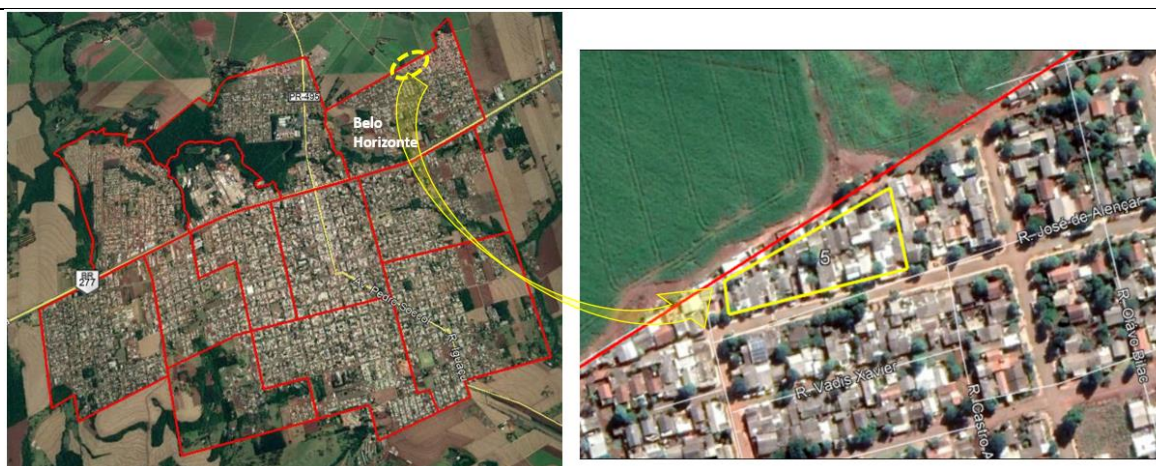
A ocupação irregular Vila Operária se localiza na porção norte do bairro Belo Horizonte, próxima (**FIGURA 29**). Possui um total de 15 domicílios que ocupam a área institucional de loteamento e sobre via pública, as quais necessitam ser realocadas, sendo a menor em quantidade de famílias, das áreas de invasão da sede urbana, conforme dados da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021).

FIGURA 29: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA OPERÁRIA

Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

2.5.5. JARDIM NOVO HORIZONTE

A ocupação irregular Jardim Novo Horizonte localiza-se na porção norte do bairro Belo Horizonte, próxima à citada ocupação Vila Operária, conforme evidencia a FIGURA 30, em um local bastante violento, com tráfico de drogas e assaltos. Está instalada há aproximadamente 25 anos e possui um total de 82 domicílios, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021).

FIGURA 30: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM NOVO HORIZONTE

Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

O padrão construtivo dos domicílios predominante é em madeira e de material reaproveitado de construção civil, representando de 30% a 60% das moradias. Verificam-se até 30% de moradias em alvenaria. O estado de conservação dos domicílios varia entre estado precário

(aproximadamente 30% dos domicílios) e em bom estado de conservação (até 30%), de acordo com dados do SISPEHIS/COHAPAR (2019).

FIGURA 31: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM NOVO HORIZONTE



Fonte: SISPEHIS - COHAPAR, 2019

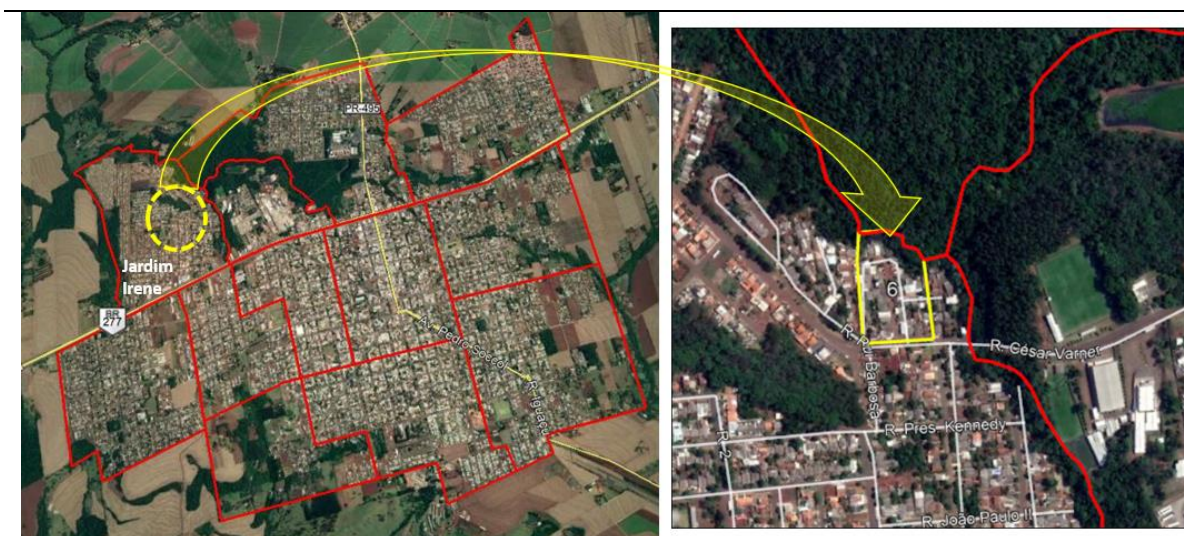
O arruamento desta ocupação é precário e sem passeio para pedestres. A rede de energia elétrica também é precária e há iluminação pública em apenas parte da ocupação. Com relação à infraestrutura de saneamento, existe rede de abastecimento de água e soluções de esgotamento sanitário precárias. Também se verificam algumas valetas a céu aberto. Há coleta de resíduos sólidos conforme informações do SISPEHIS/COHAPAR (2019).

O bairro Belo Horizonte dispõe de equipamentos comunitários como posto de saúde, escola, centro comunitário e área de lazer, sendo que a comunidade da ocupação nele inserida pode fazer uso dessas estruturas (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

Dentre as possibilidades de intervenção, há necessidade de regularização fundiária, reassentamento parcial de famílias, além de urbanização complexa. Ainda, verifica-se a necessidade de reforma e construção de moradias.

2.5.6. VILA ALEGRIA

A ocupação VILA ALEGRIA localiza-se na porção nordeste do bairro Jardim Irene (final da Rua Jaime Loch com rua César Varner), oriunda do Loteamento Jardim das Laranjeiras, conforme localização demonstrada na **FIGURA 32**. Está instalada há aproximadamente 30 anos e possui um total de 60 domicílios, muitos dos quais se encontram sobre a Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Alegria, com alto risco de inundação conforme informações cadastrais da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021), limítrofe a importante remanescente florestal.

FIGURA 32: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA ALEGRIA

Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

Com relação ao padrão construtivo dos domicílios, exposto na FIGURA 33, verifica-se o predomínio de moradias em alvenaria, sendo aproximadamente 30% dos domicílios em madeira e de material reaproveitado de construção. A condição de inabitabilidade pela precariedade dos domicílios atinge até 30% das moradias (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

FIGURA 33: PADRÃO CONSTRUTIVO DAS MORADIAS DA VILA ALEGRIA

Fonte: SISPEHIS - COHAPAR, 2019

No tocante a infraestrutura viária e de saneamento, os arruamentos desta ocupação irregular são precários, sem passeio para pedestres, mas contam com serviço de transporte público, que é ofertado no bairro Jardim Irene. Há rede elétrica, porém a iluminação pública atende parcialmente a ocupação. Existe rede de abastecimento de água e coleta de resíduos, porém verifica-se lixo acumulado no rio/córrego. Não há soluções de esgotamento sanitário e observam-se algumas valetas a céu aberto (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

Os equipamentos comunitários como: posto de saúde, escola, CMEI, centro comunitário e área de lazer são ofertados no bairro onde a ocupação se insere e, portanto, os moradores podem usufruir dessas estruturas (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

Quanto às possibilidades de intervenção, há necessidade de reassentamento de cerca de 25 famílias, que estão em área de preservação permanente, necessidade de regularização fundiária e urbanização complexa, ou seja, ampliação e implementação de infraestruturas como rede de água, esgoto, galerias pluviais, pavimentação e obras de contenção.

2.5.7. VILA PARMA

A ocupação irregular Vila Parma, localizada sobre a área institucional do Loteamento Florença, na porção nordeste do bairro Jardim Irene (**FIGURA 34**), próxima à ocupação irregular Vila Alegria. É uma das áreas irregulares mais recentes da sede urbana, instalada há cerca de 7 anos. Entretanto, apresenta elevado número de domicílios, total de 160, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021), necessitando de reassentamento parcial de unidades, bem como regularização de lotes.

FIGURA 34: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA PARMA



Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

Quanto ao padrão construtivo das moradias há o predomínio da madeira (de 30% a 60%), sendo cerca de 30% em alvenaria e 30% de material reaproveitado de construção, conforme **FIGURA 35**. A maior parte dos domicílios está avaliada no estado de conservação precária (de 30% a 60%) pelo SISPEHIS/COHAPAR (2019), havendo até 30% dos domicílios na condição de inabitabilidade.

FIGURA 35: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR VILA PARMA



Fonte: SISPEHIS - COHAPAR, 2019

De acordo com SISPEHIS/COHAPAR (2019), o arruamento é precário e não há passeio para pedestres. A rede de energia elétrica também é precária e não há iluminação pública. No tocante ao saneamento, há rede de abastecimento de água, mas não existe soluções de esgotamento sanitário. Há coleta regular de resíduos sólidos e mesmo assim, verifica-se, ainda que em pequenas quantidades, lixo acumulado nos córregos.

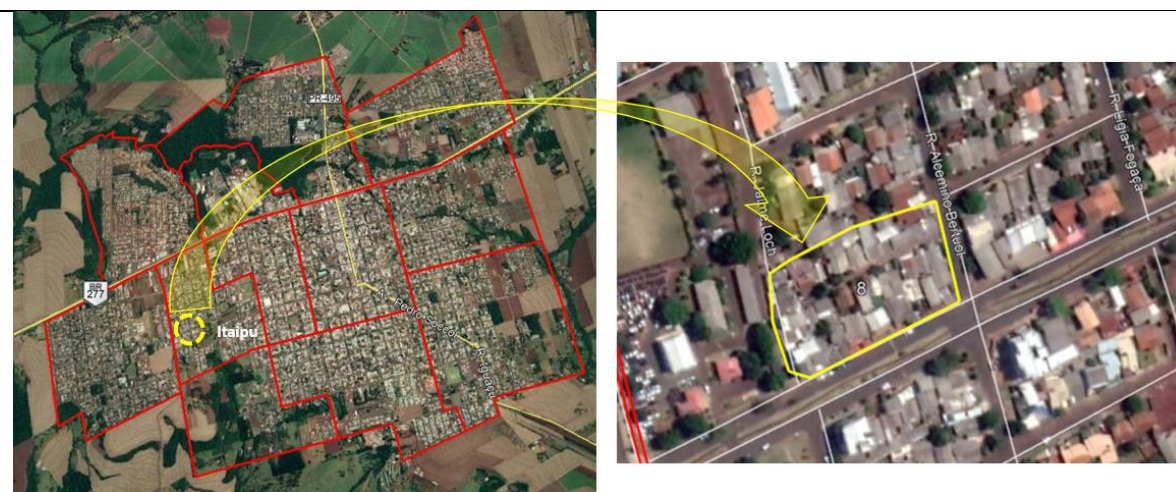
Devido ao bairro Jardim Irene, onde a citada ocupação se insere, ser dotado de equipamentos comunitários como posto de saúde, escola, CMEI, centro comunitário e área de lazer, os moradores podem usufruir dessas estruturas.

Quanto às possibilidades de intervenção, há necessidade de regularização fundiária, reassentamento parcial de famílias e urbanização complexa, além da reforma e construção de domicílios (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

2.5.8. JARDIM DA LUZ

A ocupação irregular Jardim da Luz localiza-se na porção oeste do bairro Itaipu, conforme ilustra a **FIGURA 36**. Está instalada há aproximadamente 30 anos e possui um total de 50 domicílios, caracterizando-se por adensamento excessivo, segundo informações da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021).

FIGURA 36: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM DA LUZ



Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

O padrão construtivo dos domicílios predominante é em alvenaria (cerca de 30% a 60% dos domicílios). Verificam-se também moradias em madeira (cerca de 30% das moradias) e de material reaproveitado de construção civil. Com relação ao estado de conservação dos domicílios, grande parte está em estado precário (de 30% a 60% dos domicílios), mas também há aproximadamente 30% das moradias em bom estado de conservação, de acordo com dados disponibilizados pelo SISPEHIS/COHAPAR (2019).

FIGURA 37: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM DA LUZ

Fonte: SISPEHIS - COHAPAR, 2019

O arruamento desta ocupação é precário e não há passeio para pedestres. A rede de energia elétrica também é precária e há iluminação pública em parte da ocupação. Quanto ao saneamento, a rede de abastecimento de água existente é precária e não há soluções de esgotamento sanitário. Há coleta de resíduos sólidos (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

O bairro Itaipu dispõe de equipamentos comunitários como: posto de saúde, escola, CMEI e centro comunitário e assim, a ocupação nele inserida pode fazer uso dessas estruturas (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

As possibilidades de intervenção são: regularização fundiária, reassentamento parcial de moradias, urbanização simples, além de reforma e construção de moradias (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

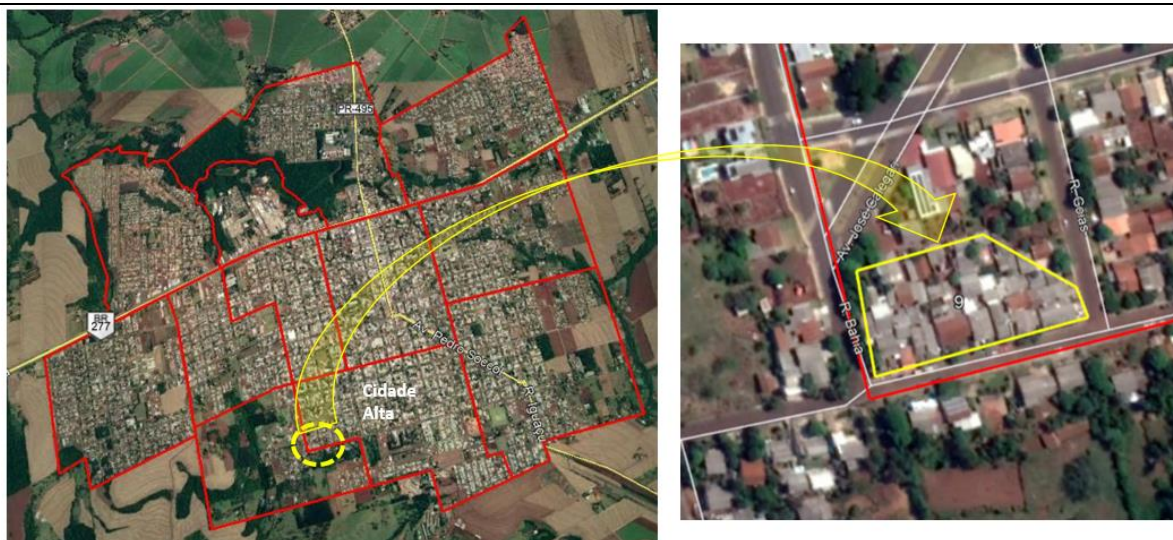
2.5.9. FINAL DA CIDADE ALTA

A ocupação irregular denominada Final da Cidade Alta localiza-se no bairro Cidade Alta, conforme ilustra a **FIGURA 38**. Está instalada há aproximadamente 30 anos e possui um total de 45 domicílios em situação de adensamento excessivo, segundo informações cadastrais da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021).

O padrão construtivo dos domicílios predominante é em madeira, representando cerca de 60% das moradias. Também há cerca de 30% das moradias em material reaproveitado de construção civil. Com relação ao estado de conservação dos domicílios, aproximadamente

30% estão em estado precário e igualmente 30% em bom estado de conservação, de acordo com SISPEHIS/COHAPAR (2019).

FIGURA 38: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR FINAL DA CIDADE ALTA



Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

A infraestrutura viária, composta por arruamento e passeio para pedestres é precária. A rede de energia elétrica é satisfatória e há iluminação pública em parte da ocupação. Quanto ao saneamento, a rede de abastecimento de água existente é precária e não há soluções de esgotamento sanitário. Verifica-se coleta de resíduos sólidos (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

Em função do bairro Cidade Alta ser atendido por equipamentos comunitários como posto de saúde, escola, CMEI e centro comunitário, a ocupação nele inserida pode usufruir dessas estruturas (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

Quanto às possibilidades de intervenção, há necessidade tanto de regularização fundiária, quanto do reassentamento parcial de 20 famílias, além de urbanização simples. Ainda, verifica-se a necessidade de reforma e construção de moradias.

2.5.10. PEDREIRA - LINHA BOM JESUS

A ocupação irregular denominada de Pedreira – Linha Bom Jesus insere-se na área rural, direção oeste da sede urbana, distante cerca de 600 metros do perímetro urbano, conforme demonstra a **FIGURA 39**. Esta ocupação encontra-se em área de elevadas declividades e sob a faixa de domínio rodoviário da BR-277. Está instalada há cerca de 32 anos e possui um total de 160 domicílios, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Medianeira (2021).

FIGURA 39: LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PEDREIRA – LINHA BOM JESUS

Fonte: com base em SISPEHIS - COHAPAR, 2019; PMM, 2021; Google Earth, 2019

O padrão construtivo dos domicílios é predominantemente em madeira, que corresponde a mais de 60% dos domicílios havendo, no entanto, moradias tanto em material reaproveitado de construção civil quanto de lona, plásticos e arame (até 30% das moradias). O estado de conservação dos domicílios é inabitável e precário (de 30% a 60% dos domicílios), havendo cerca de 30% das construções em bom estado de conservação, de acordo com SISPEHIS/COHAPAR (2019).

FIGURA 40: VISTAS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PEDREIRA – LINHA BOM JESUS

Fonte: SISPEHIS - COHAPAR, 2019



Observa-se a inexistência de arruamento e passeio para pedestres. A rede de energia elétrica é precária e não há iluminação pública. Com relação ao saneamento, a rede de abastecimento de água existente é precária e não existem soluções de esgotamento sanitário. Verificam-se algumas valetas a céu aberto, bem como lixo acumulado em córrego. A coleta de resíduos sólidos é eventual (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

Por se tratar de área rural e de ocupação irregular não há equipamentos comunitários. No entanto, há transporte público para atendimento desta comunidade (SISPEHIS/COHAPAR, 2019).

As possibilidades de intervenção seriam regularização fundiária, reassentamento parcial de famílias, reforma e construção de moradias.

2.5.11. SÍNTESE DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES

A **TABELA 19**, apresenta a síntese dos dados compilados sobre a caracterização geral das ocupações irregulares de Medianeira, disponíveis no SISPEHIS/COHAPAR (2019). Para algumas delas não constam dados detalhados.

TABELA 19: SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS OCUPAÇÕES IRREGUARES (INVASÕES) DA SEDE URBANA DE MEDIANEIRA

		Caracterização Geral						Padrão Médio dos Domicílios					Conservação dos Domicílios			Infraestrutura										Equipamentos comunitários					Possibilidades de intervenção							
		LOCALIZAÇÃO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	TEMPO DE EXISTÊNCIA	PROPRIEDADE DA TERRA	SOBRE APP	SOBRE VIA PÚBLICA	MADEIRA	ALVENARIA	MATERIAL REAPROVEITADO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	LONAS PLÁSTICAS	ARAME	INABITÁVEL	PRECÁRIO	BOM ESTADO	ARRUAMENTO	PASSEIO PEDESTRE	TRANSPORTE PÚBLICO	REDE ELÉTRICA	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	REDE ABASTECIMENTO ÁGUA	COLETA DE RESÍDUOS	LIXO ACUMULADO EM CÔRREGO	SOLUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	VALET A CÉU ABERTO	POSTO DE SAÚDE	ESCOLA	CMEI	CENTRO COMUNITÁRIO	ÁREA DE LAZER	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	REASSENTAMENTO TOTAL	REASSENTAMENTO PARCIAL	URBANIZAÇÃO SIMPLES	URBANIZAÇÃO COMPLEXA	TOTAL DE MORADIA PARA REFORMA	TOTAL DE MORADIA PARA CONSTRUÇÃO	
OCUPAÇÕES IRREGUARES / INVASÕES	1	IPEZINHO	Bairro Ipê	98	18	APP	Sim	Não	De 30% a 60%	De 30% a 60%	Até 30%	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Até 30%	Não	Não	Sim	Precária	Não	Não	Sim	Sim	Não	Em parte	Sim	Sim	Não	Sim	Não		Sim						
	2	ÁREA INSTITUCIONAL LOTEAMENTO SANTA INÊS	Bairro Ipê	57	-	Área Institucional	Parte	Não																								Sim						
	3	VILA NOVA (LOTEAMENTO MORADIAS MEDIANEIRENSES)	Bairro Ipê	50	10	Área Institucional e Via Pública	Não	Sim	De 30% a 60%	Até 30%	Até 30%	Não	De 30% a 60%	De 30% a 60%	Não	Precário	Precário	Sim	Precária	Em parte	Boa	Sim	Não	Precária	Não						Sim	Não	10	Não	Sim	15	10	
	4	VILA OPERÁRIA	Bairro Belo Horizonte	15	-	Área Institucional e Via Pública	Não	sim																														
	5	JARDIM NOVO HORIZONTE	Bairro Belo Horizonte	82	25	Área Institucional	Não	Não	De 30% a 60%	Até 30%	De 30% a 60%	Não	Não	Até 30%	Até 30%	Precário	Não	Sim	Precária	Em parte	Boa	Sim	Não	Precária	Em parte	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	20	Não	Sim	70	30	
	6	VILA ALEGRIA	Bairro Jardim Irene	60	30	Área Institucional	Sim	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Até 30%	Não	Até 30%	Até 30%	Até 30%	Precário	Não	Sim	Boa	Em parte	Boa	Sim	Pouco	Não	Em parte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	20	Não	Sim	0	20	
	7	VILA PARMA	Bairro Jardim Irene	160	7	Área Institucional	Não	Não	De 30% a 60%	Até 30%	Até 30%	Não	Até 30%	De 30% a 60%	Não	Precário	Não	Sim	Precária	Não	Boa	Sim	Pouco	Não	Não					Sim	Não	30	Não	Sim	50	25		
	8	JARDIM DA LUZ	Bairro Itaipu	50	30	Pública	Não	Sim		De 30% a 60%	Até 30%	Não	Não	De 30% a 60%	Até 30%	Precário	Não	Sim	Precária	Em parte	Precária	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	25	Sim	Não	15	10	
	9	FINAL DA CIDADE ALTA	Bairro Cidade Alta	45	30	Pública	Não	Não	Mais de 60%	De 30% a 60%	Até 30%	Não	Não	Até 30%	Até 30%	Precário	Precário	Sim	Boa	Em parte	Precária	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	20	Sim	Não	15	20	
	10	PEDREIRA - LINHA BOM JESUS	Área Rural	160	32	APP e faixa de domínio rodoviário	Sim	Sim	Mais de 60%	Até 30%	Até 30%	Até 30%	De 30% a 60%	De 30% a 60%	Até 30%	Não	Não	Sim	Precária	Não	Precária	Eventual	Pouco	Não	Em parte	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	30	Não	Não	40	20		

Fonte: com base em SISPEHIS/COHAPAR, 2019

2.7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, verificou-se que de maneira geral na sede urbana de Medianeira há o predomínio de edificações unifamiliares residenciais do tipo “casa”, responsáveis pela maior parte das tipologias construtivas analisadas, conforme levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Medianeira, no ano de 2020 (PMM, 2020), em que foram consideradas as categorias construtivas do tipo: *casa, apartamentos, galpão, telheiro, sala ou loja e especiais*. Os apartamentos representaram 8% das tipologias construtivas, havendo o predomínio, nesta categoria, de prédios de 4 pavimentos. Ainda, na sede urbana, os galpões representaram 3,74% do total e as tipologias especiais 3,30%.

No Distrito Industrial verificou-se situação inversa, cujos galpões detiveram o predomínio das tipologias construtivas analisadas. Já no Distrito de Maralúcia a tipologia casa representou quase 80%. Em ambos os distritos não houve a ocorrência da tipologia apartamentos (PMM, 2020).

Com relação aos aspectos construtivos das moradias, a grande maioria é em alvenaria e em boas condições de habitabilidade, incluindo-se os atendimentos por infraestruturas urbanas (arruamento, iluminação pública e saneamento básico) e equipamentos comunitários. No entanto, há importante parcela da população em condições de inabitabilidade, ou seja, em situação de precariedade na condição da moradia e atendimento por infraestruturas e serviços e por vezes em situação de risco e vulnerabilidade social, representada pelas ocupações irregulares, também denominadas de invasões. Estas somam um total de 777 domicílios em condições de irregularidade (617 urbanos e 160 rurais), (PMM, 2021), perfazendo cerca de 4,5% dos domicílios particulares permanentes da sede urbana, conforme demonstrado sinteticamente na **TABELA 19**.

Portanto, torna-se urgente ações e políticas públicas voltadas à população de interesse social, de modo a terem melhores condições de habitabilidade, com moradias dignas e maior qualidade de vida. Concomitantemente são necessários projetos específicos e trabalhos técnicos sociais de modo a conscientizar os moradores diretamente afetados quanto aos processos de intervenção como: regularização fundiária, urbanizações complexas ou mesmo realocação de moradias, por situarem-se em áreas de risco (como alagamentos, margens de rios – APPs - encostas íngremes), ou sobre áreas institucionais, vias públicas ou mesmo sobre faixa de domínio rodoviário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.124**, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/.htm>. Acesso em jun. 2020.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<https://www.mdr.gov.br/contato/58-snh-secretaria-nacional/departamentos-snh/1376-plano-nacional-de-habitacao-planhab>>. Acesso em jun. 2020.

_____. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria do Trabalho. Brasília, DF, 2019. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em out. 2021.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Prefeitura de Medianeira - Administração recebe equipe técnica da COHAPAR**. MEDIANEIRA, 2019. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/Noticia/PREFEITURA-DE-MEDIANEIRA-Administracao-recebe-equipe-tecnica-da-Cohapar>>. Acesso em jun. 2020.

DATAVIVA. Plataforma aberta de pesquisa. **Dados Gerais: Medianeira**. Medianeira, 2020. Disponível em: <http://dataviva.info/pt/location/5pr070104/wages?menu=new-api-jobs-industry-tree_map&url=rais%2Findustry_class%2Fjobs%3Fcount%3Destablishment%26year%3D2017%26id_ibge%3D4115804>. Acesso em jun. 2020.

FILHO S. S. L. **O direito fundamental à moradia digna e a política pública habitacional no Brasil**. Artigo. DireitoNet. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11046/O-direito-fundamental-a-moradia-digna-e-a-politica-publica-habitacional-no-Brasil>>. Acesso em jun. 2020.

FJP – Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional de Referência 2000**. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

_____. **Déficit Habitacional de Referência 2010**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

HARDT, A. P. L. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana: aplicação a Curitiba-PR**. Curitiba, 2010. 323f. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25816/T%20-%20HARDT%2c%20LETICIA%20PERET%20ANTUNES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

>. Acesso em abril de 2021.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@ Medianeira**. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/medianeira/panorama>>. Acesso em jul. 2021.

_____. **“O que é PIB?”**. IBGE, 2020. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: jun. 2020.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília. IBAMA, 1999.

MARICATO, Erminia. **O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada**. 2009. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>. Acesso em jun. 2020.

MEDIANEIRA. Lei Municipal nº 145, de 25 de novembro de 2009 – **Aprova a Planta de Valores de terrenos e preços básicos por metro quadrado de construção, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, e dá outras providências**. Medianeira, 2009. Disponível em: < <https://meu.digitaldoc.com.br/#/view/766692/doc>>. Acesso em jun. 2020

_____. **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. Medianeira, 2013. Disponível em: <https://medianeira.pr.gov.br/plhis/estrategias_de_acao.pdf>. Acesso em mar, 2020.

_____. Lei Municipal nº 768, de 19 de dezembro de 2018 – **Altera os arts. 6º, §2º e art. 7º da Lei Municipal nº 145/2009 de 25 de novembro de 2009 - Altera os Valores da Tabela IX da Lei Municipal nº 051/98 de 17 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal e dá outras providências**. Medianeira, 2018. Disponível em: < https://www.camaramedianeira.pr.gov.br/downloads/lo2018_768.pdf>. Acesso em jun. 2020

_____. Prefeitura Municipal de Medianeira. **Informações Gerais**. Medianeira, 2019.

_____. Prefeitura Municipal de Medianeira. **Informações Gerais**. Medianeira, 2020.

MDS. CECAD 2.0. Disponível em: < https://cecad.cidadania.gov.br/painel01.php?p_ibge=41&mu_ibge=4115804#>. Acesso em jul. 2021.

PARANÁ TURISMO. Regiões Turísticas do Paraná. Disponível em: <<https://www.turismo.pr.gov.br/Turista/Pagina/Regioes-Turisticas-do-Parana>>. Acesso em set, 2021.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FJP - FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. 2013. Disponível em:< http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/medianeira_pr>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ONU-Habitat - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El derecho a una vivienda adecuada**. Ficha Informativa nº 21. rev. 1, 2010. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_sp.pdf>. Acesso em jun. 2020.



VIAJE PARANÁ. **Medianeira**. Disponível: <<https://www.viajeparana.com/Medianeira>>. Acesso em set. 2021